

CONSELHO DIRETIVO de AMTSM Reunião de <u>d 8 / 06/2018</u>

APONDO ZEMETERA A.P.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO CONTAS CONSOLIDADAS

GRUPO AUTÁRQUICO AMTSM

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2017

(Este documento é constituído por 82 páginas, devidamente numeradas, de 1 a 82)

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL da AMTSM Reunião de 28 / 06/2018

> Decisão ARQUADO

The state of the s

RELATÓRIO DE GESTÃO

Contas Consolidadas

Grupo Autárquico - AMTSM





Índice Relatório de Gestão

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	6
2.2.	Sistema de Tratamento de Águas Residuais	6
2.3.	Parque Empresarial de Recuperação de Materiais (PERM)	10
2.4.	Centro de Recolha /Canil Intermunicipal da AMTSM (CIAMTSM)	14
2.5.	Transportes e Comunicações	18
2.5.1.	Expansão e reforço da capacitação das Áreas de Acolhimento Empresarial do	Entre
Douro e V	/ouga	18
2.5.2.	Retificação da EN 224-1 e execução da Variante a Carregosa	21
2.6.	Fundos Comunitários	22
2.6.1.	SIAAC "Internacionalização"	22
2.6.2.	Sensibilização Ambiental	25
2.6.3.	Valorização de Resíduos	26
2.7.	Promoção e Divulgação da Sub-Região	27
2.7.1.	Bolsa Turismo de Lisboa (BTL)	27
2.7.2.	Porto Canal	28
2.7.3.	Estatística	30
2.8.	Apoios Externos - AMTSM	31
2.8.1.	Apoio Jurídico - modalidade avença	31
2.8.2.	Assessoria Técnica – "Portugal 2020 – Estratégia para a Sub-região"	32
3.	RECURSOS HUMANOS	34
3.1.	Mapa de Pessoal	34



A ST

4.	ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA — CONSOLIDADO CONTAS AMTSM E
PERM, EIN	<i>1</i> /35

4.1.	Análise da Demonstração Resultados - Consolidado Contas AMTSM e PERM, EIM	35
4.2.	Análise Balanço – Consolidado Contas AMTSM e PERM, EIM	52
4.3.	Análise Indicadores – Consolidado Contas AMTSM e PERM, EIM	54
5.	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	57
<i>6</i> .	EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE	57
7.	ADMINISTRAÇÃO FISCAL E SEGURANÇA SOCIAL	57
8.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	57



Nos termos do estabelecido pelo artigo 75º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, vimos pelo presente apresentar o Relatório de Gestão referente à Consolidação de Contas de 2017 para o Grupo Autárquico, constituído pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM) (NIF: 501 651 888) e a empresa-filha Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria, EIM (PERM, EIM) (NIF: 509 042 201), detida pela AMTSM em 51% do seu capital.

Em conformidade com a legislação em vigor, apresentamos de seguida o Relatório de Gestão Consolidado referente ao exercício de 2017.

1. INTRODUÇÃO

A apresentação do Relatório e Contas Consolidadas do grupo autárquico, AMTSM e PERM, EIM, nos termos das alterações legislativas decorrentes da entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, constitui um momento marcante para a avaliação do grupo como um todo.

Assim, e nos termos da legislação em vigor, de acordo com a Nota Explicativa "Consolidação de Contas pelos Municípios", do SATAPOCAL de maio de 2015, que passamos a citar:

Por fim, importa salientar que, nas referidas instruções do SATAPOCAL foi expressamente assumido (ponto 4.7., sob a epígrafe de "Disposições transitórias para o exercício de 2010") que o referido exercício devia "(...) ser considerado como o "ano zero " da consolidação de contas no subsector das autarquias locais ", pelo que se consagrou, designadamente, que não era " (...) exigivel a apresentação, para efeitos de comparação, de informação financeira consolidada reportada ao início do exercício. ".

Ora, esta questão volta a suscitar-se com a alteração muito relevante do regime da consolidação promovido pelo RFALEI, do que resulta, por um lado, que alguns municípios e entidades intermunicipais e associativas municípais foram obrigadas a apresentar contas consolidadas pela primeira vez relativamente ao exercício de 2014 e, por outro lado, que relativamente a outros



municípios (que já eram obrigados a apresentar contas consolidadas) pode ocorrer uma modificação significativa do perímetro de consolidação face ao do ano anterior.

Para o Grupo Autárquico, o exercício económico de 2017, foi caraterizado pela continuidade dos projetos da AMTSM provenientes de 2016, para a PERM o ano de 2017, deu continuidade ao processo de venda, uma vez que a conclusão da Empreitada ocorreu no ano anterior e a execução do Centro de Acolhimento do PERM (CAPERM) foi concluída em 2017.

No decorrer do ano 2017, realizou-se um conjunto significativo de escrituras relativas a contratos de promessa compra e venda celebrados, bem como escrituras de venda direta.

Destaque ainda para a continuidade do contrato de "Prestação de Serviços de Operação e Manutenção dos Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais da AMTSM" celebrado entre a AMTSM e a Luságua, S.A. e o início do Procedimento de Concurso Limitado por Prévia Qualificação com publicidade internacional "Contrato de Operação, Reabilitação e Manutenção do Sistema de Tratamento de Águas Residuais da AMTSM" (STAR 2024), conforme deliberação do Conselho Diretivo de 30 de Junho de 2016, com um preço base de € 9.500,00,00, para 7 anos de prazo de execução.

No que se refere à PERM, EIM, a destacar o seguinte:

- ✓ A empreitada foi concluída em 30 de setembro de 2015, tendo sido elaborado o Auto de Receção Provisória a 16 de novembro, condicionada à correção de algumas deficiências entretanto identificadas;
- ✓ Conforme se pode verificar na Conta Final da Empreitada o valor total dos trabalhos realizados foi de
 11.385.435,79 €, verificados através de 28 Autos. Verifica-se, pois, ter havido dois contratos
 adicionais. Os custos de construção da obra incluem o montante de 611.386,83 € relativo à revisão
 de preços da empreitada.
- ✓ Em 2014 foi ainda adjudicada a empreitada de execução do Centro de Acolhimento do PERM (CAPERM), tendo ocorrido o respetivo Auto de Consignação no passado dia 20 de janeiro de 2015, com um prazo de execução de seis meses. A obra encontra-se concluída tendo sido elaborado o Auto de Receção Provisória a 12 de fevereiro de 2016, com um custo total de 579.607,98 €, acrescido de IVA. Trata-se de um edifício que pretende ser um espaço multifuncional e flexível, que atuará como ponto de receção e de centro operacional e logístico do próprio.



De seguida, descreve-se o que de mais relevante ocorreu no exercício de 2017, começando pelas atividades desenvolvidas pelo grupo autárquico, AMTSM e pela PERM, EIM, passando por uma breve referência aos recursos humanos e terminando com a análise da situação económica e financeira.

2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

Neste item, pretende-se descrever de uma forma genérica as principais atividades levadas a pelo grupo autárquico, AMTSM e pela PERM, EIM, a saber:

2.2. Sistema de Tratamento de Águas Residuais

Tal como em anos anteriores, a AMTSM continuou a fazer o acompanhamento e validação do funcionamento das suas infraestruturas, nomeadamente as ETAR, a Estação Elevatória e os Emissários, tendo sido realizadas as beneficiações que se verificaram necessárias para as dotar das melhores condições de funcionamento.

A AMSTM possui um conjunto de emissários com cerca de 20 km de extensão, assim como duas estações de tratamento (Ossela e Salgueiro) que servem os municípios de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Vale de Cambra.

Dada a complexidade do sistema e exigência de recursos humanos, quer em número de técnicos, quer nas suas qualificações técnicas a AMTSM decidiu que a gestão do sistema fosse realizada através da prestação de serviços que assegurem a operação e a manutenção dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais; neste momento a prestação de serviços está a cargo da empresa Luságua, S.A..

A AMTSM é exclusiva e integralmente responsável pela gestão, manutenção, conservação e assistência técnica das infraestruturas que compõem o STAR. A AMTSM é considerada pelo Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P. (abreviadamente designada por ERSAR, IP) como entidade gestora em alta, sendo os municípios/empresas/concessionários entidades gestoras em baixa.

O Sistema de Tratamento de Águas Residuais (STAR) da AMTSM tem como principal objetivo, a drenagem e tratamento dos efluentes provenientes das redes municipais.

Pretende-se, pois, realizar o seguinte:

 Drenagem dos efluentes através dos Emissários Poente, Emissário Nascente e Emissário Final, no Sub-Sistema do Salgueiro e Emissário de Lixiviados, Emissário de São Pedro de Castelões e A T



Emissário Final no Sub-Sistema de Ossela. O tratamento será realizado nas Estações de Tratamento de Águas Residuais do Salgueiro e de Ossela;

- Levar a cabo a reabilitação dos sistemas de emissários após diagnóstico realizado com inspeção vídeo e elaboração do cadastro numa extensão de 15.200 metros;
- Instalar novos equipamentos na ETAR de Salgueiro, nomeadamente na elevação inicial, obra de entrada, decantadores secundários, tratamento de lamas, digestão e cogeração, assim como nas diversas instalações elétricas e de automação;
- Instalar novos equipamento na ETAR de Ossela, nomeadamente na estação elevatória, obra de entrada, tratamento biológico, tratamento de lamas, assim como nas diversas instalações elétricas e de automação;

Alguns elementos relevantes:

Data de contrato: 13 de junho de 2017;

Valor de adjudicação: 9.494.908,29 €

Prazo de execução do contrato: O Contrato vigorará pelo prazo de 7 anos a contar da data do visto do Tribunal de Contas, decorrente de Procedimento de Concurso Limitado por Prévia Qualificação com publicidade Internacional, "Contrato de Operação, Reabilitação e Manutenção do Sistema de Tratamento de Águas Residuais da AMTSM" (STAR 2024), conforme deliberação do Conselho Diretivo de 30 de junho de 2016.

<u>Local da obra:</u> Concelhos de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Vale de Cambra.

<u>Situação do projeto:</u> Processo Visado pelo Tribunal de Contas, com o número 2653/2017 em Sessão Diária de Visto da 1ª Secção do TC de 2017/11/17

O ano de 2017, caracterizou-se pela continuidade da "Prestação de serviços de Operação e Manutenção do Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais da AMTSM", que terminou a três de março de 2017. De assinalar que em 2017, já estavam previstos 7 meses de novo contrato; contudo, e por vicissitudes diversas, não foi possível dar início ao novo contrato em 2017.



Na reunião do Conselho Diretivo de 23 de fevereiro de 2017, foi deliberado prorrogar o prazo do contrato de "Prestação de serviços de operação e manutenção dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais da AMTSM", encontrando-se reunidos os pressupostos para, e na medida do estritamente necessário e por motivos de urgência imperiosa proceder, com caráter excecional, até a obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas no contrato a celebrar com o adjudicatário do procedimento do concurso público internacional.

A prestação de serviços abrange as infraestruturas que seguidamente se enumeram:

1) ETAR de Ossela

Os encargos da exploração serão liquidados pela AMTSM, que os fará repercutir sobre os Municípios utilizadores, sendo a repartição dos custos fixos efetuada de acordo com a população – equivalente; os custos variáveis, por sua vez, serão repartidos de acordo com as medições de caudal, reportados a cada Município.

A descarga de efluentes por parte de empresas e particulares nas duas ETAR (do Salgueiro e de Ossela), é autorizada tendo em conta o tipo de efluente, sendo cobrada uma taxa de € 50,00 por dia de descarga e uma tarifa de € 1,06/m3 de efluente a tratar, conforme deliberação da Assembleia Intermunicipal de 27 de Novembro de 2003.

2) Estação e Conduta Elevatória Final

No decurso do exercício económico de 2016, estes equipamentos funcionaram normalmente, não tendo sido necessária qualquer reparação, isto é, não houve encargos acrescidos com estes equipamentos.

3) Emissário de Transporte de Lixiviados e de S. Pedro de Castelões

No decurso do exercício económico de 2016, este equipamento funcionou normalmente, não tendo sido necessária qualquer reparação, isto é, não houve encargos acrescidos com este equipamento.

4) ETAR do Salgueiro

Os encargos da exploração serão liquidados pela AMTSM, que os fará repercutir sobre os Municípios utilizadores, sendo a repartição dos custos fixos efetuada de acordo com a



população – equivalente; os custos variáveis, por sua vez, serão repartidos de acordo com as medições de caudal, reportados a cada Município.

No seguimento do interesse manifestado pelo Município de Santa Maria da Feira em utilizar a ETAR do Salgueiro e todo o seu Sistema, que passou a ser designado por Sistema de Tratamento de Águas Residuais do Salgueiro, e após reunião com os técnicos dos Municípios envolvidos foram aprovadas as percentagens de afetação da infraestrutura aos municípios e a respetiva repartição de custos, conforme se segue:

- a) ETAR DO SALGUEIRO 42,75% (€ 1.003.175,18) ao Município de São João da Madeira;
 48,25% (€ 1.132.015,40) ao Município de Oliveira de Azeméis; e 9,00% (€ 211.198,47) ao Município de Santa Maria da Feira;
- EMISSÁRIOS NASCENTE E POENTE 63,60% (€ 1.082.397,97) ao Município de São João da Madeira; 18,55% (€ 315.699,41) ao Município de Oliveira de Azeméis; e 17,85% (€ 303.786,22) ao Município de Santa Maria da Feira;
- c) EMISSÁRIO FINAL 51,11% (€ 169.838,11) ao Município de São João da Madeira; 38,13% (€126.705,67) ao Município de Oliveira de Azeméis; e 10,76% (€35.755,39) ao Município de Santa Maria da Feira.

Contudo, um aspeto relevante a ter em linha de conta para o futuro deste Sistema é o fato da vida útil das infraestruturas que constituem os subsistemas já contarem com cerca de 30 anos onde, ainda se verifica uma taxa de infiltração significativa, pese embora as intervenções de reabilitação efetuadas.

Julga-se, portanto, oportuno que se faça uma reanálise ao desempenho de todo o Sistema para eventuais acertos ou ajustamentos que se entendam como necessários e mais adequados à realidade existente, com a possibilidade da tipologia de trabalhos necessários à reabilitação do sistema nas suas múltiplas vertentes. Trata-se de trabalhos que estão perfeitamente enquadrados nas tipologias das operações integradas na Gestão Eficiente do Ciclo Urbano da Água, conforme artigo 95º da Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro (Regulamento específico do domínio da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos – POSEUR).





2.3. Parque Empresarial de Recuperação de Materiais (PERM)

2.3.1. Introdução

O PERM, EIM, número único de matrícula e pessoa colectiva 509 042 201, registado na Conservatória do Registo Predial/Comercial de São João da Madeira, com sede na Rua de Milheirós de Poiares, Edifício Villa Balbina, São João da Madeira, com o capital estatutário de 50.000,00 euros, integralmente realizado, iniciou a sua actividade no final do 1º semestre de 2009, conforme deliberação da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (AMTSM).

A sua missão incide na criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial, incluindo a conceção, construção, comercialização, gestão e exploração do parque empresarial para a recuperação de materiais (PERM) das Terras de Santa Maria; a elaboração de todos os estudos e projectos necessários à concepção, construção gestão e exploração do PERM; o desenvolvimento conjunto de acções que visem a promoção do mesmo, designadamente junto de todos os eventuais interessados em ali sediar a sua empresa; acessoriamente, a sociedade poderá desenvolver actividades e operações relacionadas directa ou indirectamente, no todo ou em parte, com o objecto principal, e adquirir, alienar, onerar, locar ou construir quaisquer outros direitos reais sobre imóveis necessários à prossecução do seu objecto social.

2.3.2. Projeto

O Projeto consistia, originariamente, na criação de um parque industrial destinado à ocupação por operadores de Veículos em Fim de Vida, e outras actividades de reciclagem e recuperação de materiais, que permitirá congregar no mesmo espaço as actividades dos referidos operadores, proporcionando melhores condições de trabalho e de protecção ambiental. O projeto previa albergar operadores de VFV que realizem uma ou mais das seguintes operações, conforme os materiais em causa: descontaminação, armazenamento provisório, triagem, separação, desmantelamento, entre outras. Acresce ainda o facto de que com a atracção dos operadores de VFV para o Projecto, eliminar-se-iam, em teoria, dezenas de focos de potencial poluição espalhados um pouco por toda a área de influência da AMTSM.

Contudo, face à conjuntura desfavorável que se atravessa é expectável que as atividades de reutilização/valorização de VFV sofram uma forte diminuição. Deste modo, por precaução, providenciou-se a permissão de instalação de outras unidades nos espaços que eventualmente fiquem livres. Para isso, foi instruído um processo de alargamento de âmbito que foi submetido a parecer da CCDRN tendo merecido





concordância do Sr. Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, através do ofício nº 2123 de 03-05-2012.

2.3.3. Empreitada

No final de Novembro de 2012, com a necessária documentação legal, deu-se início à obra com alguns movimentos de terras e implantação de estaleiro.

De acordo com o programa de trabalhos apresentado pelo consórcio, foram realizados os seguintes trabalhos:

- Movimentos de terras e arruamentos;
- Execução de redes de abastecimento de água;
- Execução de redes de águas residuais e pluviais;
- Execução de infra-estruturas de gás e telecomunicações;
- Execução de redes de iluminação pública;
- Pavimentação;
- Obras acessórias e arranjos exteriores.

Os trabalhos realizados foram acompanhados mensalmente por entidade fiscalizadora externa, Pórtico-Gabinete de Engenharia, Lda., através de um contrato celebrado de "Fiscalização da empreitada, coordenação de segurança e monitorização ambiental nos termos da DIA do PERM — Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria". Posteriormente, em janeiro de 2015 foi necessário celebrar novo contrato para a prestação de serviços de contrato de "Fiscalização e coordenação de segurança das empreitadas de valorização do PERM - parque empresarial de recuperação de materiais das terras de santa maria", no valor de 13.549,80 €.

A empreitada foi concluída em 30 de setembro de 2015, tendo sido elaborado o Auto de Receção Provisória a 16 de novembro, condicionada à correção de algumas deficiências entretanto identificadas.

Conforme se pode verificar na Conta Final da Empreitada o valor total dos trabalhos realizados foi de 11.385.435,79 €, verificados através de 28 Autos. Verifica-se, pois, ter havido dois contratos adicionais.

Os custos de construção da obra incluem o montante de 611.386,83 € relativo à revisão de preços da empreitada.

Entretanto, ainda no capítulo da construção e no seguimento de concurso público, foi adjudicada a empreitada de execução do Centro de Acolhimento do PERM (CAPERM) tendo ocorrido o respetivo Auto de





Consignação no dia 20 de janeiro, com um prazo de execução de seis meses. A obra encontra-se praticamente concluída tendo sido elaborado o Auto de Receção Provisória a 12 de fevereiro de 2016, com um custo total de 579.607,98 €, acrescido de IVA. Ainda se está aguardar a licença de habitabilidade, pelo que manteve a obra em curso nas demonstrações financeiras.

Trata-se de um edifício que pretende ser um espaço multifuncional e flexível, que atuará como ponto de receção e de centro operacional e logístico do próprio Parque. O CAPERM apostará, assim, nas áreas de serviços, acolhimento empresarial de negócios e investigação e produção de conhecimento e apresentação de áreas de negócio. Estas valências, para além de partilharem o espaço físico da infra-estrutura, atuarão de forma integrada, promovendo serviços e uma estratégia comum.

O CAPERM permitirá estabelecer a relação entre o Parque e as empresas que ali se instalarão, pretendendo criar condições de encontro com o mercado e acompanhar as ligações da área de recuperação de materiais e outras áreas que se venham a instalar no Parque com outros sectores estratégicos da economia regional, nomeadamente no âmbito da indústria local, artesanato, novas tecnologias, aproveitamento energético, etc. Também em 2015, constatou-se que, por diversos motivos que seguidamente se explicarão de forma resumida, tornaram-se absolutamente necessárias e indispensáveis à concretização e implementação do projeto realizar algumas componentes sem as quais não seria possível retirar do projeto todas as suas funcionalidades. Assim, identificam-se as seguintes obras:

- 1- Conduta adutora Dado que foi necessário garantir um caudal suficiente para o abastecimento do parque empresarial, foi planeada a execução de uma conduta com origem no reservatório R51 e em virtude da reabilitação da EN1 ter avançado previamente à construção do PERM, e sendo a ligação ao reservatório municipal a única viabilidade para o abastecimento de água ao PERM, foi necessário negociar as condições do projeto alternativo, com a empresa Estradas de Portugal, situação que ficou aprovada.
- 2- Obras de segurança Constatando-se um aumento significativo de furtos de materiais metálicos nos últimos anos, com especial destaque para o último ano, foi necessário criar condições suplementares de segurança ao PERM, designadamente com a instalação de uma rede de vedação exterior e um sistema de vigilância. Por outro lado, foi necessário efetuar o reforço da segurança rodoviária, em alguns locais (com acentuado declive), colocando rails de proteção para melhoria das condições de segurança da circulação automóvel.





3- Ramal de ligação de média tensão - Dado o tempo decorrido entre a elaboração do projeto e a realização da obra, foram alteradas as condições de fornecimento de energia ao parque industrial. Juntamente com a EDP, foi definido um traçado alternativo e condições de execução de um ramal de média tensão, o qual dará resposta às necessidades dos futuros utentes do PERM.

Nesse sentido, procedeu-se à realização de um Concurso Público para realizar estes trabalhos que culminou num contrato no valor de 367.961,42 € + IVA. Estas obras foram concluídas em setembro de 2015.

Ainda em 2015, durante a fase de preparação da implantação dos postos de transformação, foi solicitado ao empreiteiro a execução de ensaios para obtenção dos níveis de resistência elétrica no solo de fundação, face à necessidade de instalação de proteções elétricas adequadas, para equipamentos elétricos.

Para a resolução deste problema, procedeu-se à execução de trabalhos adicionais, imprevisíveis e absolutamente necessários para o funcionamento da obra.

Entretanto, no âmbito do Aviso de Abertura de Concurso para Apresentação de Candidaturas em regime de overbooking (SAAAEL/1/2014-EPI), contemplando operações enquadráveis no Objetivo Específico "Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e de acolhimento empresarial", foi apresentada uma candidatura contemplando um conjunto de infraestruturas necessárias à implementação e valorização do PERM, tendo a referida candidatura sido aprovada.

Foi necessário proceder à execução da empreitada "Execução da alteração do PT 0175/SMF em PTS", por imposição da EDP e como condição absolutamente necessária para o abastecimento de energia ao PERM. O valor destes trabalhos ascendeu a 16.715,00 €.

No decorrer do ano 2016, realizou-se um conjunto significativo de escrituras relativas a contratos de promessa compra e venda celebrados, bem como escrituras de venda direta.

2.3.4. Terrenos

O PERM encontra-se implantado numa área constituída por 20 parcelas, com uma área total de 432.386 m2. O processo de aquisição dos terrenos encontra-se concluído.

As parcelas 2, 3 e 4 foram compradas directamente aos seus proprietários. As restantes foram sujeitas a um processo de expropriação o qual ainda se encontra em curso. Ao nível das Demonstrações Financeiras, estas incluem a totalidade das parcelas de terrenos, uma vez que a titularidade já se encontra em nome da PERM.





De referir que 2 proprietários (parcela 1 e 6) cujos terrenos foram expropriados reclamaram judicialmente o preço de expropriação, pelo que o custo de aquisição dos mesmos pode vir ser superior face ao registado nas Demonstrações Financeiras. Decorrente deste facto, a sociedade procedeu ao registo de uma provisão dos gastos que espera vir a incorrer com estes processos tendo por base a sentença já declarada à data da parcela n.º 1 (acréscimo de 10€ por M2).

2.3.5. Financiamento

O financiamento da construção do PERM teve 3 vertentes:

- Candidatura QREN ON2;
- QREN Empréstimo Quadro
- Suprimentos

A empresa PERM, EIM obteve duas candidaturas ao QREN - ON2:

- A primeira, cujo contrato de financiamento foi firmado em 3 de agosto de 2012 ascendendo o valor de financiamento a um valor FEDER de 8.000.000,00 €, a que corresponde uma taxa de financiamento de 62%. Nesta candidatura, estão incluídas rubricas como a aquisição de terrenos, a construção, estudos técnicos, honorários e trabalhos especializados.
- A segunda, em regime de overbooking, contemplando um conjunto de infraestruturas necessárias à implementação e valorização do PERM, com o valor elegível de 984.168,31 € e um valor FEDER de 657.730,19 €, a que corresponde uma taxa de financiamento de 66,92%.

Em novembro de 2016, e após a aprovação dos relatórios finais, as operações foram encerradas sendo a PERM reembolsada dos montantes cativos por garantia.

Quanto ao Empréstimo Quadro, foi celebrado um contrato de financiamento reembolsável global, no valor de 3.483.267 €.

O financiamento conta com um período de carência de 3 anos e com reembolsos semestrais, sendo que no decorrer de 2017 foram realizadas amortizações no montante de 1.590.000 euros.

As restantes necessidades de financiamento da PERM foram asseguradas pelo parceiro privado através da realização de suprimentos, conforme contrato celebrado.

2.4. Centro de Recolha /Canil Intermunicipal da AMTSM (CIAMTSM)

O Centro de Recolha /Canil – Intermunicipal da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, encontra-se em pleno funcionamento desde 2008, e surgiu como resposta à preocupação da defesa da Saúde



Pública e do meio ambiente, adotando medidas de vigilância epidemiológica, profilaxia médica e profilaxia sanitária.

A aposta num Canil Intermunicipal na área dos municípios de Arouca, Espinho, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Vale de Cambra, representa uma prestação de serviços com evidente economia de meios e de escala para estes municípios.

Este equipamento permite dotar os municípios das seguintes valências:

- Alojamento de animais abandonados, errantes ou vadios;
- Alojamento de animais provenientes de entregas voluntárias ou de recolha ao domicílio, com perda da posse do animal pelo seu proprietário, salvo pagamento da respetiva taxa de reclamação;
- Alojamento obrigatório dos animais para sequestro ou quarentena sanitária, ou o alojamento resultante de recolhas compulsivas determinadas pelas autoridades competentes;
- Disponibilização de cães para adoção gratuita (oferta da vacina antirrábica, colocação de microchip e o desparasitante interno);
- Execução das ações de profilaxia médico-sanitária, consideradas obrigatórias pela autoridade sanitária veterinária competente (Direção Geral de Veterinária), mediante pagamento da respetiva taxa;
- Identificação eletrónica dos animais de companhia em regime de campanha, se assim for determinado pela Direção Geral de Veterinária, mediante pagamento da respetiva taxa;
- Verificação gratuita de identificação eletrónica de animais de companhia;
- Esterilização

Pessoal adstrito:

- 1 Diretor Técnico (MVM)*;
- 1 Assistente Técnica:
- 2 Assistentes Operacionais, um em regime de prestação de serviços;
- 1 Medico Veterinário, em regime de prestação de serviços, para a realização das esterilizações (16 horas semanais), a partir de novembro de 2017.
- * A direção técnica do CIAMTSM é da responsabilidade do Médico Veterinário Municipal (MVM) dos municípios proprietários do CIAMTSM, de forma rotativa, pelo período de 2 meses ou outro que se venha entender mais adequado, pela seguinte ordem: Arouca, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Vale de Cambra.





Elementos relevantes:

Municípios beneficiários: Arouca, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira, Vale de Cambra;

Data de início de funcionamento: 27 de março de 2008;

Critérios de Monitorização do projeto:

Número de entradas (2017): 736 animais,

Número de adoções (2017): 289 animais;

Custo (2017): 95.230,84€;

Receitas próprias (2017): € 22.194,00

Receitas Direção Geral Veterinária: € 5.000.00 - apoio financeiro para aquisição de equipamento para Canil Intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria

Taxa de sustentabilidade CIAMTSM (2017): 28,56%

Situação do projeto em funcionamento: com projeto de ampliação a aguardar aprovação.

O Canil Intermunicipal, encontra-se em pleno funcionamento desde 2008, e tem contribuído ativamente para a melhoria dos problemas de saúde pública e proteção do meio ambiente, relacionados com esta tipologia de animais de companhia. Tendo em vista um melhor funcionamento e correspondente serviço para os municípios, serão implementadas metodologias de gestão, que proporcionem a otimização das despesas associadas. Por outro lado, serão impulsionadas as iniciativas que promovam direta ou indiretamente a adoção destes animais de companhia, dado o crescente abandono de animais que se tem verificado e que se prevê que continue, numa tendência crescente face ao clima socioeconómico atual.

A 25 de Setembro de 2013, teve início a prestação de serviços Gestão de animais errantes, ao Município de Estarreja, pelo período de 12 meses; neste ano, a AMTSM recebeu 27 animais daquele Município, a € 19,00/animal (o que perfaz € 418,00) e € 578,57/custos fixos mês, o que totaliza o valor de € 7.360,84.

Em novembro de 2014 iniciou novo contrato, entre esta Associação e o Município de Estarreja, no âmbito de Procedimento de Ajuste Direto Regime Normal - Aquisição de serviços de Gestão de animais errantes, no Concelho de Estarreja, para o período global de 36 meses, com possibilidade de denúncia no final de cada



período de 12 meses, para o número máximo de 248 animais, para o limite máximo de € 25.540,52, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, conforme se descrimina:

- Custos fixos: € 20.828,52, para um prazo máximo de execução de 36 meses e para o número máximo de 248 animais;
- Custos variáveis: € 19,00, por animal para o máximo de 248 animais.

Os custos foram faturados mensalmente, tendo o Município de Estarreja enviado para o CIAMTSM um total de 34 animais (2015: 6 animais, 2016: 22 animais e 2017: 6 animais).

Em 2017 o Canil Intermunicipal completou oito anos de funcionamento ocorrendo algumas das necessárias obras de manutenção daquela infraestrutura, bem como obras de adaptação naquele espaço físico, criandose condições para se proceder à esterilização dos animais.

A 23 de setembro de 2016, foi publicada a Lei n.º 27/2016, que estabelece o novo enquadramento legal, dos Centros de Recolha Oficial de animais. As mudanças previstas para o CIAMTSM, são essencialmente em duas vertentes:

- 1) Realização de esterilizações: O CIAMTSM, dispunha de um ano para implementar as condições técnicas para a realização de esterilizações. Em relação a esta matéria, foram realizadas algumas obras de adaptação para implementar as esterilizações nos animais adotados no CIAMTSM. Neste âmbito, e no decurso de 2017, foram efetuadas diligências, a saber:
 - Aquisição de material e equipamento para dotar o CIAMTSM da valência de esterilização;
 - Aquisição de serviços "Prestação de Serviços na área de Medicina Veterinária modalidade de avença";
 - Até 31 de dezembro sido efetuadas 54 esterilizações;
- 2) Possibilidade de ampliação do CIAMTSM: o CIAMTSM (centro de recolha oficial de animais) deixou de realizar o mesmo número de ocisões dos anos anteriores, tentando-se adaptar ao espírito estabelecido na referida Lei.

Atualmente, o CIAMTSM encontra-se sobrelotado com muita frequência, sendo necessário recorrer à suspensão das entregas de animais naquele equipamento. Esta sobrelotação deve-se ao aumento de entregas de animais.





Neste momento a AMTSM dispõe já do projeto de execução de Arquitetura, para a ampliação do CIAMTSM, elaborado no âmbito de "Prestação de serviços - área Arquitetura - Requalificação e ampliação do Canil Intermunicipal"

Ao nível de recursos humanos o Centro de Recolha / Canil Intermunicipal da AMTSM, dispõe de uma funcionária auxiliar e de uma assistente técnica.

Além destas duas funcionárias, o CIAMTSM também tem contado com a colaboração de um prestador de serviços, no âmbito de um contrato celebrado de "Prestação de Apoio nas tarefas diárias do CIAMTSM".

2.5. Transportes e Comunicações

2.5.1. Expansão e reforço da capacitação das Áreas de Acolhimento Empresarial do Entre Douro e Vouga

Tendo sido aberto o Aviso n.º NORTE-53-2015-14, de Concurso de Pré-qualificação a Operações de Acolhimento Empresarial — Apoio a projetos de expansão ou de reforço da capacidade de áreas de acolhimento empresarial e de estruturação funcional, logística e organizativa de aglomerados empresariais existentes, e dada a existência de várias Áreas de Acolhimento Empresarial no Entre Douro e Vouga, a AMTSM apresentou candidatura intermunicipal no âmbito deste aviso, em janeiro de 2016.

A referida candidatura teve por base um Acordo de Parceria, aprovado pelo Conselho Diretivo na sua reunião de 28 de janeiro de 2016, entre AMTSM, os Municípios de Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra, a Associação Empresarial do Cambra e Arouca, a Associação Empresarial de Santa Maria da Feira, que acordam entre si:

- 1. Cooperar no sentido de qualificar funcional, ambiental e infraestruturalmente as AAE do EDV, promovendo um modelo de gestão em rede devidamente articulado, que contribua para a melhoria das condições de operação das empresas instaladas e para a atração de novas empresas, aumentando os níveis de investimento, produção e emprego neste território.
- 2. Desenvolver esforços conjuntos para que o investimento público a realizar no atual período de programação de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (Portugal 2020) seja um real fator de alavancagem de investimento privado na modernização, expansão da capacidade produtiva, introdução de inovação e internacionalização das empresas da região, dando um contributo acrescido para a Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Norte de Portugal.







- 3. À AMTSM competirá a coordenação do processo de implementação do projeto de qualificação do acolhimento empresarial no EDV, tomando a iniciativa de organizar e monitorizar os investimentos públicos e de liderar a apresentação de candidaturas aos diversos Programas Operacionais do Portugal 2020.
- 4. Aos Municípios, para além da sua representação coletiva através da AMTSM, competirá a concretização, no seu território, dos diversos projetos, estruturantes ou complementares, que contribuírem para os objetivos fixados.
- 5. Às Associações Empresariais competirão a informação aos empresários, a dinamização do investimento privado e a promoção de iniciativas empresariais de natureza coletiva que possam contribuir para o sucesso da intervenção.

Esta Candidatura surge dum conjunto de fatores, e sinergias existentes na região do Entre Douro e Vouga, assim:

- As atividades industriais representam cerca de 45% do total do VAB do Entre-Douro-e-Vouga (correspondendo a cerca de 6,3% do VAB industrial do país), o que evidencia a importância da atividade industrial no perfil de especialização da base económica do Entre-Douro-e-Vouga (EDV).
- A competitividade das atividades económicas, a atratividade de investimentos e a promoção do empreendedorismo e da inovação dependem hoje, decisivamente, dos fatores de competitividade e de sustentabilidade postos à sua disposição pelos territórios e pelas suas formas de organização e aglomeração hoje, como nunca no passado, territórios e atividades económicas reconhecem entre si uma total interdependência; um território competitivo e sustentável promove e concorre para atividades competitivas e sustentáveis, e o contrário é igualmente verdade.
- As Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE), devidamente geridas, infraestruturadas e dotadas de serviços às empresas, são um poderoso instrumento de convergência entre a competitividade empresarial e territorial. A região do EDV conta, no seu conjunto, com 89 AAE, de génese ou gestão municipal ou privada, mas não detém informação atualizada e sistematizada nem tem implementada uma política de gestão condominial e integrada dessas áreas.
- Um dos objetivos estratégicos da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (AMTSM) é o de promover e consolidar o desenvolvimento económico e social da região, atuando de modo concertado e integrado nos objetivos prosseguidos pelos municípios do EDV, nomeadamente através do reforço da capacidade e promoção das AAE.



- É indispensável que exista comunhão de interesses e objetivos, bem como complementaridade de ação, entre as entidades que representam as esferas da administração pública local e do mundo empresarial e económico.
- A região está dotada, ou tem bons níveis de acessibilidade, a infraestruturas de logística, transportes e do sistema científico e tecnológico, mas há segmentos do seu território em que a forte dinâmica empresarial permitiria, se melhor conectados, otimizar a utilização dessas infraestruturas e melhorar a rentabilidade do forte investimento público que foi realizado nos últimos anos.
- Destinado a apoiar projetos de expansão ou de reforço da capacidade de áreas de acolhimento empresarial e de estruturação funcional, logística e organizativa de aglomerados empresariais existentes.

Pretende-se com esta candidatura, capacitar e melhorar as condições de instalação das empresas que laboram nas AAE dos 5 concelhos do EDV (Parque de Negócios de Escariz, Zona Industrial da Mata, Zona Industrial das Lameiradas em Arouca; Zona Industrial da Farrapa-Rossio em Vale de Cambra; Zona Industrial do Nordeste, Zona Industrial de Cesar e Zona Industrial de Nogueira do Cravo em Oliveira de Azeméis; o Parque Empresarial de Recuperação de Materiais em Santa Maria da Feira e as várias zonas industriais de S. João da Madeira), tendo em vista criar uma maior coesão e articulação das áreas de acolhimento empresarial, nomeadamente através de ligações rodoviárias que potenciem a capacidade das PME.

A 24 de fevereiro de 2017, a AMTSM efetuou pagamento de € 7.380,00, à Quaternaire Portugal - Consultoria Para o Desenvolvimento, S.a. de Procedimento Ajuste Direto (Regime Geral) - "Expansão e reforço da capacitação das AAE do Entre Douro e Vouga - instrução e apresentação da Candidatura" - 20% FASE II.

A 10 de março de 2017, a Comissão Diretiva, proferiu a decisão de não admissão ao "Concurso de Pré-Qualificação a Operações de Acolhimento Empresarial", no âmbito do Aviso n.º NORTE-53-2015-14, da candidatura NORTE-02-0853-FEDER-000037, para "Expansão e reforço das AAE do Entre Douro e Vouga".

A 28 de março de 2017, a AMTSM remeteu ao Senhor Presidente da Comissão Diretiva do NORTE 2020 as "Alegações — Direito de audiência do interessado, da notificação da decisão de não admissibilidade de candidatura", com os seguintes argumentos:





- A decisão de não admissão e a valoração atribuída na "ficha de análise" não têm qualquer explicitação que permita ajuizar da sua validade e estão baseadas num conjunto de pressupostos que não atendem aos objetivos estratégicos e operacionais do concurso.
- 2. A decisão é incoerente com outras tomadas, no mesmo âmbito e em tempo oportuno, a nível nacional, gerando uma situação grave de incoerência ao nível da política pública para a competitividade.

A 07 de julho de 2017, a Comissão Diretiva do Norte 2020, comunicou a esta Associação que analisadas as alegações apresentadas, a Comissão Diretiva, na sua reunião de 06/07/2017, deliberou a não admissão da candidatura, anexando documento com análise e justificando aquela decisão.

2.5.2. Retificação da EN 224-1 e execução da Variante a Carregosa

Neste domínio, e atendendo à evidente necessidade de melhoramento da EN 224-1, em termos de ligação intermunicipal e eventual ligação à A32, o Conselho Diretivo deliberou levar a cabo um procedimento de concurso público para a elaboração do Projeto de Retificação da EN 224-1 e execução da Variante a Carregosa.

Esta via de comunicação situa-se nos limites dos concelhos de Arouca, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, mas praticamente todo o seu traçado se desenvolve no Município de Oliveira de Azeméis, mais concretamente na freguesia de Carregosa.

O contrato foi celebrado a 08 de janeiro de 2013, com a empresa Geoestrutural, Lda., tendo sido denunciado, em virtude de se ter verificado o incumprimento por parte da empresa adjudicatária.

Face a esta situação, o Conselho Diretivo da AMTSM, deliberou na sua reunião de 29 de outubro de 2015, proceder à abertura de procedimento, ajuste direto regime geral "Retificação da EN 224-1 e execução da Variante a Carregosa", para o preço base de € 74.900,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

A 23 de Dezembro de 2015, o Conselho Diretivo da AMTSM adjudicou à empresa FASE — Estudos e Projetos, S.A., a aquisição de serviços de "Elaboração do projeto de execução da Variante Chão d'Ave a Carregosa — nó A32", pelo valor de € 74.900,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo sido celebrado com aquela empresa a 14 de janeiro de 2016.



No âmbito do contrato de aquisição de serviços para "Elaboração do projeto de execução da Variante Chão d'Ave a Carregosa – nó A32", não se encontrava previsto o levantamento topográfico e cartográfico das linhas de muito alta tensão, os condicionalismos existentes, sobretudo nas proximidades do atravessamento da Estrada Nacional nº 227, zona densamente povoada, provocou a necessidade de traçados alternativos, um desses traçados, com uma extensão aproximada de 120 ha, tem nas suas proximidades uma linha de muito alta tensão que, pelas suas caraterísticas e tipologia carece de uma especial autorização da REN – Redes Energéticas Nacionais de Energia sendo necessário para isso a instrução do necessário processo, sendo um dos elementos necessários e integrantes do referido processo é a implantação dos postes de muito alta tensão num levantamento topográfico georreferenciado, tendo sido deliberado pelo Conselho Diretivo a 27 de julho de 2017, abertura de procedimento de Ajuste Direto para prestação de serviços para o projeto "Levantamento Topográfico para estudo de traçado alternativo junto a postes de muito alta tensão (REN)".

No seguimento da deliberação do Senhor Presidente do Conselho Diretivo, a 07ago2017, foi adjudicada à entidade FLP Topografia Unipessoal, Lda., a prestação de serviços para o projeto "Levantamento Topográfico para estudo de traçado alternativo junto a postes de muito alta tensão (REN)", pelo valor de 6.000,00 € (seis mil euros), acrescido de IVA, cujo prazo de execução é de 30 dias a contar de 24 de agosto de 2017, tendo sido pago o valor de € 7.380,00, em dezembro de 2017.

2.6. Fundos Comunitários

2.6.1. SIAAC "Internacionalização"

A 12 de novembro de 2015, foi aberto concurso n.º Norte – 2015 – 19, de 12-11-2015, para apresentação de candidaturas ao Sistema de Apoio a Ações Coletivas "Internacionalização" (Intermunicipal), da Prioridade de Investimento 3.2 do Eixo II do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020.

O Projeto tem como principais objetivos:

- 1. Ação 1: Estudo sobre os fatores de atração da AMP:
 - Start ups, scale ups e near shore (centos de serviços partilhados);
 - Avaliação da perceção externa da AMP enquanto espaço de acolhimento preferencial;
 - Identificação da procura e das variáveis determinantes para eventual alteração ou reforço da qualidade dessa perceção;
 - Centros de Negócios e de Congressos o caso especial do Europarque:





- Identificação dos fatores estratégicos para a potenciação do Europarque enquanto infraestrutura primordial de captação do mercado de mostras e de congressos internacionais ao serviço da AMP e da Região Norte;
- o Identificação da procura e elaboração de plano de comunicação para atração de potenciais clientes;
- Economia ambiental e patrimonial:
 - Inventariação de um conjunto referencial de valores ambientais e/ou patrimoniais e avaliação do grau de empresarialização associada;
 - Identificação de boas práticas internacionais e determinação das variáveis cujo desenvolvimento permitirá qualificar a oferta e reforçar a visibilidade internacional;
- 2. Ação 2: Promover, disseminar e conferir visibilidade aos resultados do projeto:
 - Seminários de apresentação dos resultados;
 - Workshops com representantes de case studies internacionais;
 - Ações de comunicação específica para a comunicação social generalista, especializada e redes;
 - Publicação de um sumário executivo dos estudos efetuados.

Para este efeito, foi celebrado um Protoloco entre a AMP – Área Metropolitana do Porto e a AMTSM - Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, cuja minuta foi aprovada na reunião do Conselho Diretivo da AMTSM de 25 de fevereiro de 2016.

Características do Projeto:

- "O EUROPARQUE e a internacionalização da economia metropolitana rebranding"
 - Contrato celebrado a 05 de dezembro de 2016, entre a AMTSM e a PMDESIGN, Sociedade Unipessoal, Lda, pelo valor de € € 11.760,00, importância acrescida de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o montante total de € 14.464,80;
 - o Este contrato foi executado e encontra-se concluído financeiramente.
- "O Europarque e a Internacionalização da Economia Metropolitana Cenários de Desenvolvimento"



- (N fr:
- † 9/



- Contrato celebrado a 06 de março de 2017, entre a AMTSM e a Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores, Lda, pelo valor de € 52.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor total de € 63.960,00;
- Com execução financeira de €44.772,00, faltando concluir € 19.188,00;
- Espera-se concluir este projeto no 1º Semestre de 2018.

O projeto em causa, tem um investimento total orçamentado no montante de € 145.980,91, encontrandose inicialmente distribuído da seguinte forma:

Parceiros	investimento Elegível						
	Ação 1	Ação 2	Ação 3	Ação 4	TOTAL		
AMP	54 000,00 €			9 480,00 €	63 480,00 €		
AMTSM		73 000,91 €	9 500,00 €		82 500,91 €		
Total	54 000,00 €	73 000,91 €	9 500,00 €	9 480,00 €	145 980,91 €		

Legenda:

- Ação 1 Estudos sobre os fatores de atração da AMP;
- Ação 2 O Europarque e a Internacionalização da Economia Metropolitana;
- Ação 3 Promover, Disseminar e Conferir Visibilidade ao Projeto;
- Ação 4 Gerir, Acompanhar, Monitorizar e Avaliar.

Em abril de 2018, foi assinada uma Adenda ao Termo de Aceitação, passando o Investimento Elegível desta Associação a ser de € 91.980,91, com uma taxa de comparticipação de 85%.

Parceiros	investimento Elegível				
	Ação 1	Ação 2	Ação 3	Ação 4	TOTAL
AMP	54 000,00 €			0,00€	54 000,00 €
AMTSM		82 480,91 €	9 500,00 €		91 980,91 €
Total	54 000,00 €	82 480,91 €	9 500,00 €	0,00 €	145 980,91 €

Legenda:

- Ação 1 Estudos sobre os fatores de atração da AMP;
- Ação 2 O Europarque e a Internacionalização da Economia Metropolitana;
- Ação 3 Promover, Disseminar e Conferir Visibilidade ao Projeto;
- Ação 4 Gerir, Acompanhar, Monitorizar e Avaliar esta ação foi eliminada, passando a verba (€ 9.4480,00) para a ação 2 AMTSM.





Durante o ano de 2017, a AMTSM recebeu o valor de € 54.709,83, relativo à Operação NORTE-02-0752-FEDER-000043 — Sistema de Apoio às Ações Coletivas (SIAAC) — "Internacionalização" (Intermunicipal), estando por receber, € 33.028,20.

Parceiros	Investimento Executado (13.04.2017)					
	Ação 1	Ação 2	Ação 3	Ação 4	TOTAL	
AMP	0,00€				0,00€	
AMTSM	eller (1954) Zwier	38 856,71 €	0,00€		38 856,71 €	
Total	0,00€	38 856,71 €	0,00€	0,00€	38 856,71 €	

2.6.2. Sensibilização Ambiental

Os objetivos essenciais deste projeto são a organização de um projeto de educação e sensibilização ambiental de natureza supramunicipal, que assentará nos equipamentos ambientais geridos pela Associação, a saber: o Canil, o STAR e o Aterro Sanitário, sem prejuízo de projetos complementares de cariz municipal que possa fazer sentido desenvolver de forma complementar ao núcleo fundamental.

Possibilidade de se levar a cabo a organização, à escala dos municípios abrangidos pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, de um Centro de Educação, Informação e Valorização Ambiental (CEIVA).

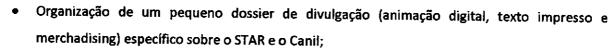
Nesse âmbito, encontram-se elencadas algumas possíveis fileiras de atuação dessa estrutura:

- Protocolo de colaboração com os agrupamentos escolares do território escolar abrangido pela AMTSM;
- Protocolo de colaboração com a Agência Portuguesa do Ambiente, Grupo Águas de Portugal e
 Sociedade Protetora dos Animais;

O objetivo de ambos os protocolos seria a integração destes dois equipamentos nos planos e programas de atividades das respetivas redes operacionais;

 Pesquisa e disponibilização em formato digital ou impresso de um conjunto de divulgação de base sobre as duas temáticas;





- Organização de visitas à ETAR componente educativa, experimental e lúdica;
- Organização de visitas ao Canil com apoio em protocolos a estabelecer com ONG ou iniciativa privada;
- Organização de visitas a experiências congéneres bem sucedidas (área ambiental e de proteção animal);
- Organização de um Eco calendário e de um DOG calendário com as principais datas relativas ao ambiente e / ou aos canídeos;
- Concurso de projetos inovadores na área do não desperdício da água e da proteção animal;
- Requalificação do edifício de entrada no Aterro Sanitário para apoio às ações de Educação,
 Informação e Valorização Ambiental;

<u>Municípios beneficiários:</u> Arouca, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Vale de Cambra

Situação do projeto: em preparação.

2.6.3. Valorização de Resíduos

Pretende-se atingir com este projeto, os seguintes objetivos:

- A melhoria da recolha seletiva de resíduos biodegradáveis e verdes, implementação da compostagem descentralizada (doméstica e comunitária) e aumento da cobertura da recolha porta-a-porta são prioridades nacionais, estando ainda plasmadas na legislação europeia. Em Portugal urge inovar e criar sistemas de recolha mais personalizados em que cada família pode separar a fração orgânica (não putrescível), os resíduos verdes de jardim, e assim valorizar mais de 40% dos resíduos domésticos produzidos. Em várias regiões (País Basco, Flandres) e países da Europa (Itália, Eslovénia) há modelos bem-sucedidos, a baixo custo, e baseados em esquemas de recolha porta-a-porta de bio resíduos. No território da AMTSM a existência de elevado número de moradias (habitações unifamiliares), e de um local disponível para realizar a compostagem, potencia este tipo de intervenções;
- O Estado Português, através do Programa POSEUR apoia a "PROMOÇÃO DE SISTEMAS INOVADORES, QUE SE DESTINEM A AUMENTAR A RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS URBANOS





VALORIZÁVEIS", iniciativa que interessa aos Municípios Associados da AMTSM, conscientes dos desafios técnicos que enfrenta o poder local na melhoria da gestão de resíduos e aumento da separação dos resíduos;

 O objetivo deste projeto é acrescentar eficiência e planeamento à gestão de resíduos urbanos no território da AMTSM, tornando num caso de estudo de introdução de boas práticas a nível nacional.

Nesse sentido, foi constituído em grupo de trabalho, tendo em vista a apresentação de uma candidatura ao POSEUR, em Aviso já aberto e cuja data de encerramento ocorrerá a 15/01/2018, onde são desenvolvidas as seguintes áreas de trabalho:

- A. <u>Central Intermunicipal de Compostagem (CIC)</u> para resíduos verdes, localizada no antigo aterro sanitário;
- B. Recolha seletiva de resíduos verdes (incluindo orgânicos vegetais):
- C. PAYT (Pay As You Throw) Ensaio metodológico (tendo em conta a realidade de cada município). Incentivo para os cidadãos, por via financeira, para promover a separação na origem e aumentar as taxas de recolha seletiva. É, portanto, um método mais justo que promove a redução da fração indiferenciada produzida por cada cidadão e o aumento da separação dos resíduos valorizáveis. Em vez de existir uma Taxa fixa, esta será substituída por uma Taxa variável, que será tanto maior, quanto maior for o volume ou peso dos resíduos que produzir.

Tendo em conta o grau de desenvolvimento e especificações que cada Município decidir, será desenhado um projeto global em modelo de geometria variável. Não obstante, o projeto consiste num esforço combinado de todos os territórios para a redução de custos e aumento do cumprimento de metas. Está prevista também a criação de um Observatório comum para armazenamento/partilha de dados, tendo em conta a futura implementação de uma metodologia PAYT e a organização de um programa de suporte ao nível o da informação, sensibilização ou partilha de experiências.

<u>Municípios beneficiários:</u> Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Vale de Cambra.

2.7. Promoção e Divulgação da Sub-Região

2.7.1. Bolsa Turismo de Lisboa (BTL)

A Turismo do Porto e Norte de Portugal esteve representada na Bolsa de Turismo de Lisboa, nos dias 15 a 19 de março de 2017, na FIL, Parque das Nações, partilhando um espaço de afirmação institucional com os





Municípios, Parceiros, Agentes Económicos e outros interlocutores regionais, no âmbito de uma promoção conjunta do Porto e Norte de Portugal como Destino Turístico de Excelência.

Os principais objetivos deste projeto foram:

- 1. Promoção integrada do turismo no território da AMTSM, constituído por todos os municípios associados.
- 2. Estabelecer os princípios orientadores que devem presidir a uma eficiente cooperação entre a Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. e a AMTSM, designadamente na contratualização de um espaço de negócios com uma área de 72 m2;

As caraterísticas deste Projeto:

- Acordo de Colaboração entre a AMTSM e a TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, E.R., celebrado a 30 de dezembro de 2016, contratualizando o espaço individualizado de 72 m2.
- A AMTSM comparticipou financeiramente a Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. no montante de € 20 000 (vinte mil euros), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;
- Municípios beneficiários | Arouca, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Vale de Cambra.

Foi uma experiência gratificante e produtiva para os nossos Municípios Associados, tendo sido repetida a iniciativa em 2018.

2.7.2. Porto Canal

Como objetivos gerais, pretendeu-se obter com este projeto, nomeadamente o seguinte:

- Promover o desenvolvimento da atividade económico e social da região, atuando de modo concertado e integrado nos objetivos prosseguidos pelos municípios desta sub-região, nomeadamente através da inovação;
- Promover a forte componente turística desta sub-região, quer de natureza, quer industrial, que devem ser objeto da melhor atenção atendendo ao seu abundante património histórico e natural;
- Promover a aproximação dos cidadãos à cultura;
- Promover a valorização e animação do património como fator de dinamização e desenvolvimento;
- Relevar os contributos deste território para o desenvolvimento Região Norte;

Divulgar junto do público a imagem desta sub-região.

Técnicas Comunicacionais a utilizadas:





- a) Realização, de 6 (seis) reportagens promocionais, 120 minutos de emissão, com possibilidade de repetição, pelo menos uma vez.
- b) O prestador de serviços facultar a cada um dos municípios um pacote de 120 spots/anúncios, com a duração máxima de 20 segundos (voz off), a utilizar durante o período da vigência da presente Prestação de Serviços.
 - Os municípios poderão utilizar este pacote publicitário até 6 (seis) campanhas por si definidas, para promover e divulgar as iniciativas que julgarem convenientes.
 - Os spots serão elaborados pelo prestador de serviços a partir de materiais enviados pelos municípios, tais como: logótipo, cartazes, fotografias ou outros.
 - A informação para a elaboração dos spots, ficou a cargo dos municípios.
 - O horário de inserção dos spots foi definido pelo prestador de serviços.
- c) O prestador de serviços facultará a cada município o direito a 2 (dois) vídeos promocionais por mês.
 - Cada vídeo promocional terá a duração de 1 minuto e 30 segundos e será exibido duas vezes.
- d) O conjunto das emissões/spots realizado no âmbito da presente Prestação de Serviços foi disponibilizado aos municípios, para utilização exclusiva nos seus meios de divulgação internos (websites, serviços de front office, etc.).

O prestador de serviços ficou também obrigado a apresentar mensalmente relatórios dos conteúdos produzidos.

<u>Municípios beneficiários:</u> Arouca, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Vale de Cambra;

O contrato foi celebrado a 01 de fevereiro de 2017, com a empresa Avenida dos Aliados — Sociedade de Comunicações, S.A., pelo valor de € 37.500,00 Euros (trinta e sete mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de 12 meses;

Já foram realizadas e emitidas as 6 (seis) reportagens, no operador televisivo Porto Canal no programa Destino Norte, com as seguintes designações:

- "A gastronomia na sub-região" (15/03/2017);
- "A economia na sub-região" (29/04/2017);





- "A cultura na sub-região" (27/05/2017);
- "Turismo da natureza na sub-região" (22/07/2017);
- "Turismo Industrial na sub-região" (28/07/2017) e
- "Ação Social na sub-região" (10/02/2018).

cujos conteúdos foram articulados com os municípios e cumprem o estipulado no Caderno de Encargos.

O Projeto encontra-se concluído.

2.7.3. Estatística

O objetivo geral deste projeto, divide-se em três grandes etapas:

- Análise da informação estatística já publicada por outras entidades
- Identificação dos agregados estatísticos de interesse prioritário para cidadãos, autarquias, empresas
 (e outras organizações), instituições de ensino, coletividades, associações e outras agremiações.
- Sistematização, publicação e periódica atualização da informação estatística.

Os trabalhos desenvolvidos neste projeto deverão gerar a edição regular do "Cadernos de Estatística das Terras de Santa Maria".

A sua edição pode assumir (decisão a ser tomada oportunamente) três formatos distintos e complementares (outputs): Formato Impresso (papel); Formato Digital (para distribuição em formato PDF) e Formato online (para disponibilização na Internet).

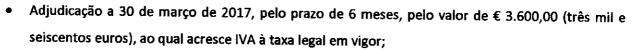
O projeto contempla também a organização da informação em dois modelos que darão origem a dois modelos de outputs:

 Caderno Trimestral: com um conjunto de informação estatística recentemente disponibilizada e atualizada, que permitirá o acompanhamento dos números e dos factos mais relevantes para o território e os seus seis concelhos.

Caderno Temático: sem periodicidade definida, mas com a previsão de seis edições por ano, com um conjunto de informação estatística de várias fontes sobre um mesmo tema (saúde, economia, investimento, participação eleitoral, etc.) que permitirá o conhecimento aprofundado dos números e dos factos mais relevantes para o território e os seus seis concelhos em temas pré-definidos (por sugestão do consultor ou por solicitação de AMTSM).

 <u>Municípios beneficiários</u>: Arouca, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Vale de Cambra;





- Verifica-se que até dezembro de 2017 foram apresentados:
 - O número um dos Cadernos Estatísticos, Organização e publicação do Caderno Trimestral-Nº 1/2017, referente ao 1º Trimestre de 2017, para os seis Municípios Associados, relativo ao mês de julho (3º mês de trabalho);
 - O número dois dos Cadernos Estatísticos, Organização e publicação do Caderno Trimestral-Nº 2/2017, referente ao 2º Trimestre de 2017, para os seis Municípios Associados relativo ao mês de setembro (6º mês de trabalho).

2.8. Apoios Externos - AMTSM

2.8.1. Apoio Jurídico - modalidade avença

Com objetivo de colmatar uma enorme carência desta Associação, foi celebrado a 09 de julho de 2014, com Alberto Teixeira e Associados, Sociedade de Advogados, RL contrato de "Aquisição de serviços de apoio jurídico — modalidade de avença", pelo prazo de 12 meses, com renovação automática por iguais períodos, até ao limite máximo de 3 anos, pelo valor de € 39.600,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que corresponde a uma prestação mensal de € 1.100,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo sido executado pelos 36 meses.

A 07 de julho de 2017, foi celebrado novo contrato "Aquisição de serviços de apoio jurídico — modalidade de avença", pelo prazo de 12 meses, com renovação automática por iguais períodos, até ao limite máximo de 3 anos, pelo valor de € 39.600,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigo, que corresponde a uma prestação mensal de € 1.100,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

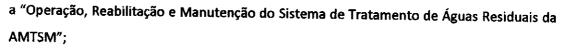
Dados os inúmeros procedimentos administrativos que a Associação tem, e para cumprimento dos seus objetivos, é absolutamente fundamental a assessoria técnica na área jurídica à AMTSM.

O referido apoio jurídico tem em vista uma apropriada resposta às várias solicitações e para as quais se torna necessário o recurso a pessoa qualificada para o efeito, versando essencialmente as seguintes áreas:

- Contratação pública, designadamente:
 - Apoio jurídico para o acompanhamento da celebração e implementação do contrato público/administrativo misto de aquisição de serviços e de empreitada de obra pública para







- Preparação e acompanhamento de toda a execução do contrato, avaliando no domínio jurídico todas as questões que naturalmente surgirão durante essa execução;
- Apoio jurídico especializado na área de Contratação Pública;
- Apoio jurídico, designadamente na organização e gestão da AMTSM.

2.8.2. Assessoria Técnica – "Portugal 2020 – Estratégia para a Subregião"

Com o objetivo de preparar e desenvolver iniciativas e estruturar propostas, nomeadamente de carácter supra e intermunicipal para a Sub-Região, quer ao programa regional quer a programas nacionais, a AMTSM beneficia de apoio externo nesta área que carece de conhecimento técnico específico, de acordo com situações que vão surgindo à medida que o novo quadro comunitário de apoio vai sendo executado.

Foi celebrado a 01 de fevereiro de 2017, com Teresa Azevedo, Unipessoal, Lda, contrato de de prestação de serviço, modalidade de avença "PORTUGAL 2020 — ESTRATÉGIA PARA A SUB-REGIÃO", pelo prazo de 12 meses, com renovação automática por iguais períodos, até ao limite máximo de 2 anos, pelo valor de € 56.400,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que corresponde a uma prestação mensal de € 2.350,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Assim, a AMTSM tem beneficiado de apoio especializado nestas matérias, onde a complexidade de regras e de regulamentos exige um aturado conhecimento e larga experiência nestas matérias.

Igualmente, esta assessoria tem possibilitado à AMTSM reforçar a sua capacidade de intervenção para poder prestar um serviço de maior qualidade aos municípios integrantes, tendo em vista um mais adequado seguimento às políticas, diretrizes e decisões, de carácter intermunicipal, nomeadamente:

- do acompanhamento dos estudos e ações sobre os fatores de reforço da competitividade do Europarque enquanto estrutura metropolitana de apoio à sua atividade económica associados à candidatura aos SIAC Intermunicipais em conjunto com a Área Metropolitana do Porto;
- no acompanhamento do projeto de requalificação e concessão da Linha do Vouga, e particular nos aspetos associados ao seu financiamento designadamente no âmbito do Plano Junker gerido pelo Banco Europeu de Investimento;





- 34
- STATE OF THE PARTY OF THE PARTY
- no acompanhamento da implementação de um Observatório das dinâmicas territoriais, à escala dos seis municípios da AMTSM em colaboração, designadamente com todas as entidades oficiais do aparelho estatístico português;
- e na assessoria à montagem de eventos de divulgação e comunicação de projetos relevantes que possam alavancar a notoriedade territorial.



3. RECURSOS HUMANOS

3.1. Mapa de Pessoal

Em 31 de dezembro de 2017 o mapa de pessoal da AMTSM é constituído por 7 funcionários:

- 2 Técnicos Superiores (Engenharia Civil e Economia)
- 2 Assistentes Técnicas;
- 1 Assistente Operacional;
- 1 Coordenador Técnico;
- Secretário Geral da AMTSM

O Conselho Diretivo deliberou, na sua reunião de 25 de novembro de 2010, nomear Secretário-Geral da AMTSM, o Eng. Joaquim Manuel Boavida Santos Costa, com efeitos a partir do dia 1 de dezembro de 2010.





4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA – CONSOLIDADO CONTAS AMTSM E PERM, EIM

O Balanço, a Demonstração de Resultados e as respetivas Notas Anexas, traduzem a situação económico-financeira do Grupo autárquico (AMTSM e PERM, EIM).

A análise económica e financeira que se apresenta seguidamente, procura resumir a situação financeira e os resultados obtidos no exercício de 2017.

4.1. Análise da Demonstração Resultados - Consolidado Contas AMTSM e PERM, EIM

A situação económica das contas consolidadas AMTSM e PERM, EIM, no exercício de 2017 apresenta uma evolução em termos de proveitos e custos que espelha, com as devidas ressalvas, a atividade desenvolvida por este grupo, a concretização dos objetivos e o planeamento idealizado.

Em termos de estrutura de Proveitos e Ganhos e Custos e Perdas, a decomposição é a seguinte:

a) Custos e Perdas

Os custos e perdas do exercício económico de 2017 totalizaram € 2.323.001,24, sendo as rubricas com expressão mais relevante, os Custos Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (22,10%), os fornecimentos e serviços externos (41,66%), as amortizações do exercício (14,98%), os Custos e Perdas Financeiros (7,07%),), os custos com pessoal (8,77%), os custos e perdas extraordinários (0,13%) e os Outros Custos e Perdas Operacionais (5,17%).





		Variação Ano 2017/201	2017	•	% s/ Prov.sOpe	2016		% s/ Prov.sO	
		6 (em %)	Valor	% s/ total	rac.	Valor	% s/ total	perac.	
	Custo Mercadorias Vendidas e Mat.								
61	Consumidas	-9 2,86%	513 393,93 €	22,10%	32,70%	7 188 012,67 €	77,69%	145,66%	
62	Fornecimentos e Serviços Externos	9,91%	967 769,22 €	41,66%	61,65%	880 506,74 €	9,52%	17,84%	
64	Custos com o Pessoal	5,58%	203 724,37 €	8,77%	12,98%	192 957,66 €	2,09%	3,91%	
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	-5,20%	120 002,62€	5 ,17 %	7,64%	126 586,65 €	1,37%	2,57%	
66 + 67	Amortizações e Provisões do Exercício	0,38%	348 011,09 €	14,98%	22,17%	346 693,79 €	3,75%	7,03%	
68	Custos e Perdas Financeiros	-49,42%	164 328,00€	7,07%	10,47%	324 902,48 €	3,51%	6,58%	
69	Custos e Perdas Extraordinários	-98,39%	3 070,97 €	0,13%	0,20%	190 247,51 €	2,06%	3,86%	
86	Imposto Corrente		2 701,04 €	0,12%	0,17%	1817,49€	0,02%	0,04%	
	Total Custos Operacionais	-75,35%	2 152 901,23 €	92,68%	137,14%	8 734 757,51 €	94,41%	177,00%	
	Total	-74,89%	2 323 001,24 €	100,00%	147,98%	9 251 724,99 €	100,00%	187,48%	

Destaque, para o valor dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), com € 967.769,22, que representa 41,66% dos Custos Totais, sendo maioritariamente decorrente dos FSE da AMTSM, 96,26%.

Destaque, ainda para o elevado peso (relativo e sobretudo absoluto) "Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas", com o valor de € 513.393,93, referente ao custo das vendas parcelas alienadas em 2017.

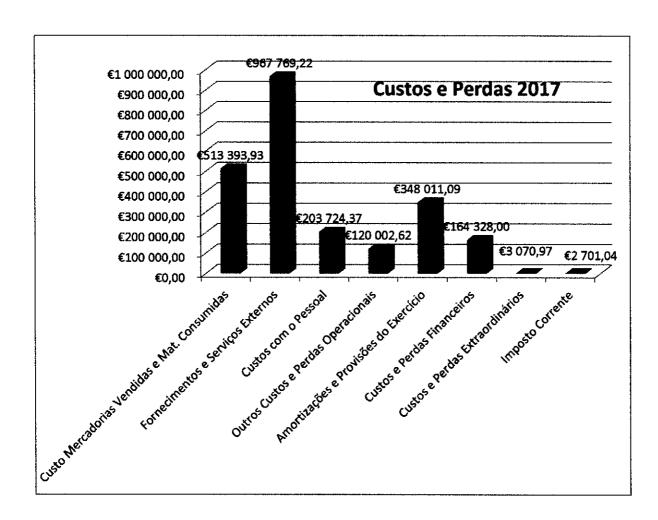
O montante de € 513.393,93 representa o custo global dos lotes que foram objeto de venda no exercício de 2017.

As "Amortizações" apresentam o valor de € 348.011,09, decorrente da aplicação das taxas de amortização aos bens do grupo, representa 14,98% dos Custos Totais de 2017.



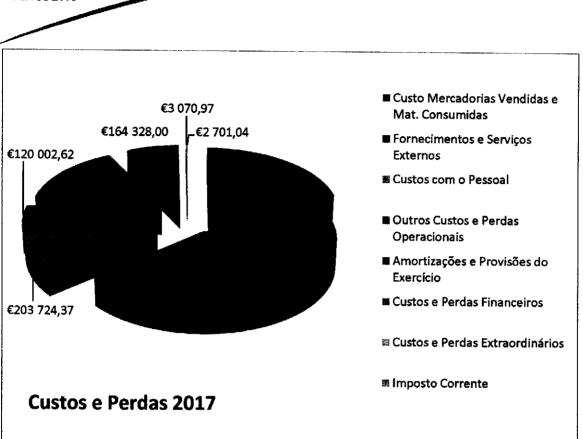
A rubrica "Custos e Perdas Financeiros" contemplam o valor de € 164.328,00, justificado essencialmente por juros dos suprimentos (€ 109.681) e juros da Agência de Coesão (ADC) (€ 54.140), da PERM, EIM.

Os juros suportados resultam de financiamentos à construção dos lotes e à aquisição de terrenos.









Em termos genéricos, e face ao exercício económico de 2016, houve uma forte quebra dos custos e perdas totais de € 6.928.723,75 (uma diminuição de 74,89%, em termos relativos), sustentada pela forte descida do valor do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (em € 6.674.618,74, em termos absolutos e de 92,86% em termos relativos), dos Custos e Perdas Extratordinários (em € 187.17,54, em termos absolutos e de 98,39% em termos relativos) e dos Custos e Perdas Financeiros (em € 160.574,48, em termos absolutos e de 49,42% em termos relaticos).

Por outro lado, conheceram aumentos, as seguintes rubricas, Fornecimentos e Serviços Externos (€ 87.262,48, em termos absolutos e 9,91% em termos relativos), Custos com Pessoal (€ 10.766,71, em termos absolutos e 5,58% em termos relativos) e as Amortizações e Provisões do Exercício € 1.317,30, em termos absolutos e 0,38% em termos relativos).



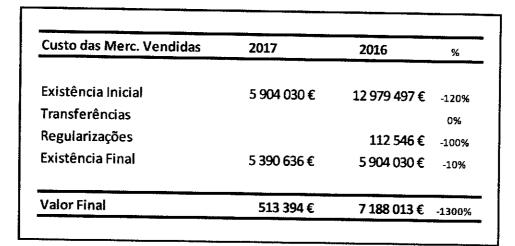


	Variação Ano 2017/2016 (e	m %)
61	Custo Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas	-92,86%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	9,91%
64	Custos com o Pessoal	5,58%
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	-5,20%
66 + 67	Amortizações e Provisões do Exercício	0,38%
68	Custos e Perdas Financeiros	-49,42%
69	Custos e Perdas Extraordinários	-98,39%
86	Imposto Corrente	0,00%
	Total Custos Operacionais	-75,35%
	Total	-74,89%

Face ao ano de 2016, em 2017 os Custos Totais conheceram uma forte diminuição 74.89% (em termos relativos) e de € 6.928.723,75 (em termos absolutos), justificado essencialmente pelos seguintes fatores:

 Forte descida do Custo com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, de 92,86% (em termos relativos) e de € 6.674.618,74 (em termos absolutos). O montante de € 513.393,93 € representa o custo global dos lotes que foram objeto de venda no exercício de 2017, com a seguinte distribuição:







- Forte descida dos Custos e Perdas Extraordinários, de 98,39% (em termos relativos) e de € 187.176,54
 (em termos absolutos), justificado pelo seguinte:
 - O único lançamento efetuado em Custos e Perdas Extraordinários no ano de 2017, foi no valor de € 3.070,97, e refere-se a faturas da empresa Luságua, S.A., Sistema de Tratamento de Águas Residuais da AMTSM, da Revisão de Preços definitiva de 2015;
 - O Por outro lado, no ano de 2015 e 2016, foram registados seis e doze prestações mensais iguais, respetivamente, das Revisões de Preço de 2012 e 2013 do Sistema de Tratamento de Águas Residuais da AMTSM, no seguimento de deliberação do Conselho Diretivo, no montante total de € 184.556,40, custo que foi refletido como Custos e Perdas Extraordinários de cada ano (ano de 2015: € 61.518,80 e ano de 2016: € 123.037,60).
- Por seu lado, os Custos e Perdas Financeiros, também diminuíram em 49,42% (em termos relativos)
 e em € 160.574,48 (em termos absolutos), justificado pelo seguinte:
 - Os financiamentos obtidos pela PERM em 2017 s\u00e3o compostos por suprimentos realizados pelos accionistas e por um empr\u00e9stimo quadro da Ag\u00e9ncia de Desenvolvimento e Coes\u00e3o por um prazo de 14 anos.

A taxa de remuneração dos suprimentos para o ano de 2016 foi fixada em Conselho de Administração em 4.75% ao ano.

Relativamente a 2017 e seguintes, foi deliberado em Conselho de Administração que não haveria lugar a pagamento de juros, a não ser que a empresa liberte meios financeiros que



permitam o pagamento desses juros, caso em que a taxa será fixada em conformidade com os meios financeiros que se apurarem.

Todavia, e face à reversão de 189.540€ relativa a uma perda de sinal a favor da PERM, foi deliberado pelo CA, remunerar no ano de 2017 os suprimentos a uma taxa de 4,90% ao ano.

Suprimentos	2017	2016	%
Saldo Inicial	-2 513 871 €	-5 214 041 €	-107%
Aumentos		-209 830 €	-100%
Diminuições	500 000 €	2 910 000 €	-482%
Saldo Final	-2 013 871 €	-2 513 871 €	-25%

Agência Des. e Coesão	2017	2016	%
Saldo Inicial	-2 733 267 €	-3 483 267 €	-27%
Aumentos			0%
Diminuições	1 590 000€	750 000 €	53%
Saldo Final	-1 143 267 €	-2 733 267 €	-139%

Os Outros Custos e Perdas Operacionais, também diminuíram em 5,20% (em termos relativos) e em € 6.584,03 (em termos absolutos), aliás o valor destes Custos, sustenta-se praticamente na Taxa de Recursos Hídricos (TRH) de 2017, a pagar em 2018, com o valor de € 117.014,32, que face ao valor da TRH de 2016, aumentou € 60.069,97. Por outro lado, na PERM, os outros gastos reduziram de 65.099 euros em 2016 para 2.606 euros em 2017.





Por outro lado, conheceram um aumento face ao ano de 2016, em 2017, as seguintes rubricas:

 Fornecimentos e Serviços externos diminuíram 9,91%, em termos relativos e € 87.262,48, em termos absolutos, justificado pelas variações do quadro abaixo:

Fornecimentos e Serviços	2017	2016	%
Subcontratos	595.457€	605.799€	-2%
Trabalhos Especializados	252.791€	144.891€	43%
Publicidade	2.299€	289€	87%
Vigilância e Segurança	611€	40€	93%
Honorários	18.499€	18.819€	-2%
Ferramentas e Utensílios	856€	38€	-100%
Material de Escritório	2.965€	2.866€	3%
Electricidade	8.404€	9.551€	-14%
Deslocações e Estadas		4€	-100%
Comunicação	5.574€	5.962€	-7%
Contencioso e Notariado	2.552€	27.831€	-990%
Despesas Representação	329€	380€	-15%
Combustiveis	2.297€	2.117€	8%
Água	4.604€	4.076€	11%
Livros e documentação téc	120€	126€	-5%
Artigos para oferta	667€		100%
Rendas e alugueres	123€		100%
Seguros	4.556€	3.671€	19%
Transportes de mercadoria	-12€	12€	200%
Conservação e reparação	11.549€	3.641€	68%
Limpeza, higiene e confort	4.084€	2.627€	36%
Outros FSE	49.443€	47.767€	3%
Saldo Final	967.769 €	880.507€	9%

Das rubricas com valor mais significativo, destacam-se:

- o Trabalhos especializados:
 - Nesta rúbrica foram registados os custos inerentes do processo judicial de expropriação da parcela 1 e dos serviços de apoio ao encerramento do





Projeto PERM (análise da obra para validar a libertação das garantias da ABB);

- Aquisição de serviços "O Europarque e a Internacionalização da Economia Metropolitana – Cenários de Desenvolvimento", que teve € 44.772,00 de execução financeira em 2017, faltando concluir € 19.188,00, no âmbito da Operação NORTE-02-0752-FEDER-000043 – Sistema de Apoio às Ações Coletivas (SIAAC) – "Internacionalização" (Intermunicipal)
- Acordo de colaboração entre "Associação de Municípios das Terras de Santa Maria — Promoção e Divulgação da Sub-Região / participação na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL)" - de 15 a 19 de março de 2017, com o montante de € 24.600,00;
- Aquisição de serviços de "Associação de Municípios das Terras de Santa Maria - Promoção e Divulgação da Sub-região", com o valor de € 46.125,03;
- "Prestação de serviços área Arquitetura Requalificação e ampliação do Canil Intermunicipal", no valor de € 7.200,00;
- Aquisição de serviços "Estatística Sub-região", com o valor de € 4.428,00;
- Aquisição de serviços "Prestação de Serviços na área de Medicina
 Veterinária modalidade de avença", no valor de € 1.000,00;
- "Prestação de Apoio nas tarefas diárias do CIAMTSM", no valor de €
 6.250,00;
- aquisição de serviços para implementação de uma "Plataforma de Gestão do Canil Intermunicipal da AMTSM (CIAMTSM)", pelo período de 36 meses, pelo valor de € 4.950,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para o ano de 2017, o custo foi de € 676,50;
- "Assessoria Técnica à Candidatura da AMTSM ao POSEUR", no valor de €
 5.535,00

Sendo que, no ano de 2017 foi dada continuidade aos seguintes contratos:





- Aquisição de serviços de "Certificação Legal de Contas" modalidade de avença
- Prestação de Serviços de Apoio Jurídico modalidade avença
- Prestação de serviços de "Portugal 2020 Estratégia para a Sub-região", contrato celebrado a 01 de fevereiro de 2017, por 24 meses, dando continuidade ao trabalho iniciado com a prestação de serviços de "Portugal 2020 Implementação e Monitorização da Estratégia definida para o EDV 2020 e Preparação de Candidaturas", contrato celebrado a 02 de janeiro de 2015, por 24 meses, conclusão em dezembro de 2016.
- Contencioso e notariado Todos os custos associados à realização de escrituras, registos bem como os custos associados aos processos judiciais relacionados com os terrenos, são relevados nesta rúbrica.

Em 2017, manteve-se a metodologia de faturação referente à Revisão de Preços iniciada em 2014, pela empresa Luságua, S.A., que conforme solicitado por esta Associação passou a faturar mensalmente a Revisão de Preços, ainda que com valores provisórios, o que se traduz numa maior e melhor distribuição dos custos e correspondente pagamentos, ao longo do tempo, em lugar à faturação anual da totalidade da revisão de Preços.

Esta faturação traduz-se num valor de € 150.863,08, dentro da "linha" do valor faturado em 2016, 151.648,88.

Os custos com pessoal, registaram um aumento de 5,58%, traduzindo por € 10.766,71, em termos absolutos, apesar da estrutura de pessoal desta Associação, bem como dos escalões remuneratórios em 2017, se manterem inalterados. Todavia, e já como foi adiantado no presente documento referente ao ano de 2016, decorreram dois fatores naquele ano económico, que se refletiram também ano de 2017:





- Reversão pela totalidade das reduções remuneratórias, no 4º trimestre de 2016, nos termos da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e da Lei do Orçamento de Estado de 2015, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e acabou por se refletir na totalidade do ano de 2017;
- Regresso ao serviço, em setembro de 2016, da funcionária do CIAMTSM, após dois anos de ausência (parentalidade), o que terá reflexos na estrutura de custos com pessoal desta Associação, pois os encargos foram assumidos pela Segurança Social, portanto em 2016, só se refletiu a partir de setembro, sendo que no ano de 2017, se repercutiu no ano inteiro.

Durante o ano de 2017, não existiram Estágios Profissionais neste grupo.

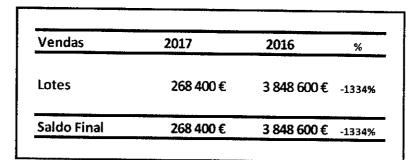
b) Proveitos e Ganhos

		Variação Ano (em	2017	•	2016		
		%) 	Valor	% s/ total	Valor	% s/ total	
71	Vendas e Prestações de Serviços	-92,64%	284 448,08 €	12,99%	3 864 753,65 €	42,41%	
72	Impostos e Taxas	_	0,00€	0,00%	0,00€	0,00%	
(3)	Variação da produção	•	0,00€	0,00%	0,00€	0,00%	
73	Proveitos Suplementares	•	6 758,20 €	0,31%	0,00€	0,00%	
74	Transferências e subsídios obtidos	19,49%	1 278 643,10 €		1 070 119,50 €		
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	-100,00%	0,00€	0,00%	1 421,40 €	0,02%	
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	-85,16%	619 926,15 €	28,31%	4 177 000,77 €	45,83%	
	Proveitos Operacionais	-68,19%	1 569 849,38 €	71,69%	4 934 873,15 €	54,15%	
	Total dos Proveitos e Ganhos	-75,97%	2 189 775,53 €	100,00%	9 113 295,32 €	100,00%	

Os proveitos do exercício totalizaram € 2.189.775,53 para os quais contribuíram significativamente a as transferências e subsídios obtidos (58,39%), Proveitos e Ganhos Extraordinários (28,31%) e Vendas e Prestações de Serviços (12,99%).

A rúbrica de prestações e serviços evidencia a receita obtida com a realização de escrituras.





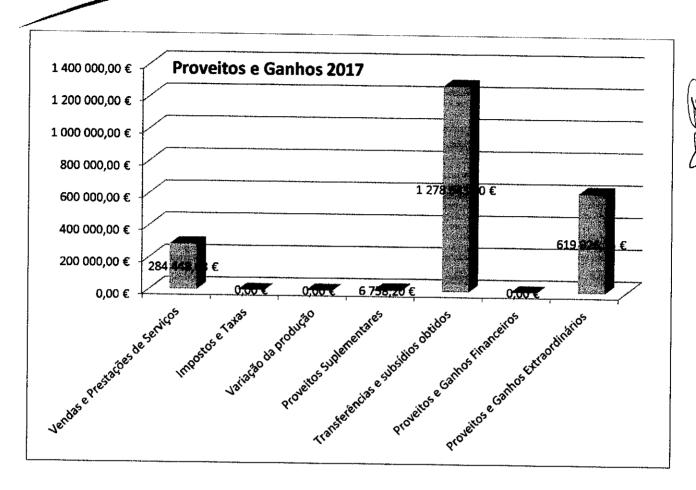
Outros Rendimentos	2017	2016	%
Correções relativas a exercícios anteriores	523€	196.697€	-37488%
Transferências de capital(*)	429.863€	3.980.303€	-826%
Outos N/ Especificados	189.540€	0€	100%

(*) - Inclui Imputação de subsídios a proveitos

A imputação do subsídio a proveitos está efetuada com base na área dos lotes já vendidos. Como as vendas reduziram de 2016 para 2017, também a imputação de subsídios a proveitos reduziu.

O montante de 189.540€ refere-se à perda de sinal a favor da PERM pela não realização de escritura de venda de um lote.





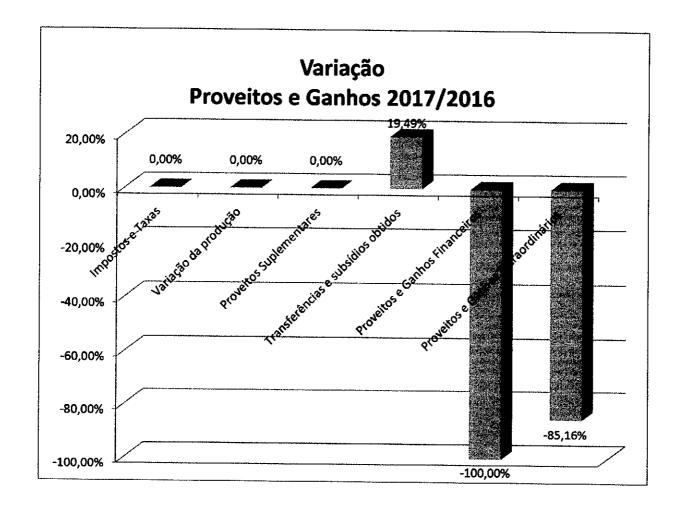
Face a 2016, constata-se uma forte quebra dos proveitos em 2017, à semelhança do verificado nos custos, de 75,97%, em termos relativos e de € 6.923.519,79, em termos absolutos.

Esta quebra justifica-se essencialmente, pela forte diminuição das Vendas e Prestações de Serviços (92,64%, em termos relativos e € 3.580.305,57, em termos absolutos) e os Proveitos e Ganhos Extraordinários (85,16%, em termos relativos e € 3.557.074,62, em termos absolutos) e

Em sentido contrário está a rubrica Transferências e subsídios obtidos, que registou um aumento de € 208.523,60, em termos absolutos e de 19,49%, em termos relativos.



	Variação Ano (2017	//2016)	
		Em %	Em valor
71	Vendas e Prestações de Serviços	-92,64%	-3 580 305,57 €
72	impostos e Taxas	-	0,00€
(3)	Variação da produção	<u>-</u>	0,00€
73	Proveitos Suplementares	-	6 758,20 €
74	Transferências e subsídios obtidos	19,49%	208 523,60 €
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	-100,00%	-1 421,40 €
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	-85,16%	-3 557 074,62 €
	Proveitos Operacionais	-68,19%	-3 365 023,77 €
	Total dos Proveitos e Ganhos	-75,97%	-6 923 519,79 €





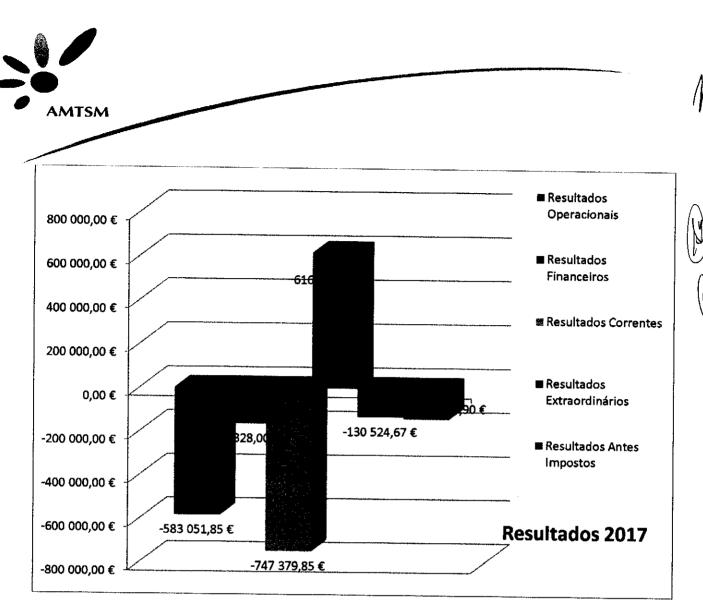
c) Resultados

	Variação Ano		V	alor
	em %	em valor	2017	2016
Resultados Operacionais	84,66%	3 216 832,51 €	-583 051,85 €	-3 799 884,36 €
Resultados Financeiros	49,20%	159 153,08 €	-164 328,00 €	-323 481,08 €
Resultados Correntes	81,87%	3 375 985,59 €	-747 379,85 €	-4 123 365,44 €
Resultados Extraordinários	-84,53%	-3 369 898,08 €	616 855,18 €	3 986 753,26 €
Resultados Antes Impostos	4,46%	6 087,51 €	-130 524,67 €	-136 612,18 €
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIOS/ INTERESSES MINORITÁRIOS	2,32%	3 301,84 €	-138 973,90 €	-142 275,74 €

O Resultado Líquido do Exercício sem interesses minoritários, das contas consolidadas da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, para exercício económico de 2017, foi negativo em € 138.973,90.

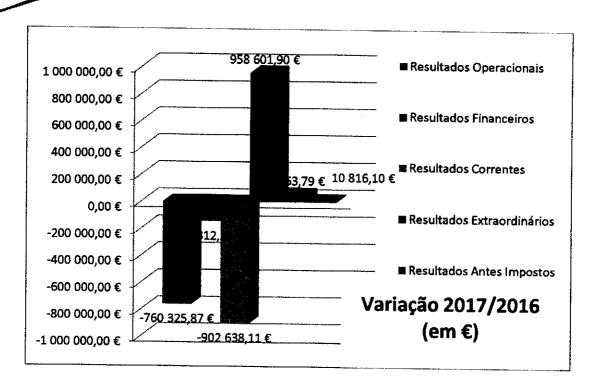
O Resultado Líquido de 2017 apresenta um aumento de 2,32% face a 2016, mantendo-se, contudo, negativo em € 138.973,90.







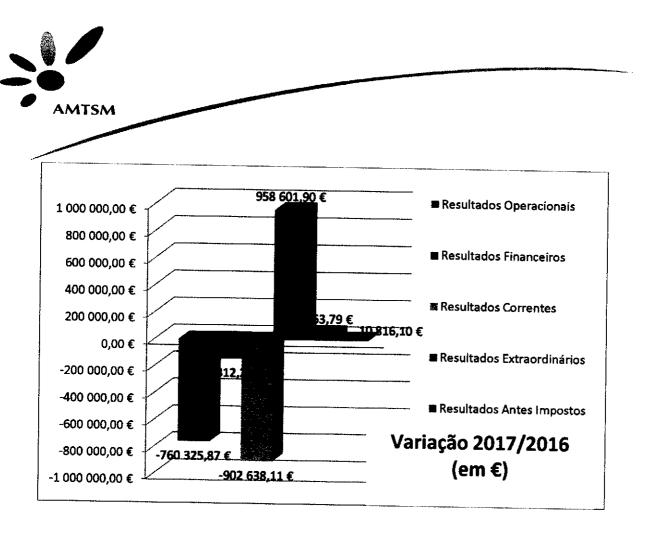




Da leitura dos gráficos e quadros anteriores constata-se que face a 2016, em 2017 os Resultados Correntes aumentaram fortemente (face a 2016, o seu valor aumentou € 3.375.985,59 (decorrente do forte aumento dos Resultados Operacionais (mais € 3.216.832,51).

Em sentido inverso, os Resultados Extraordinários diminuíram fortemente em 2017, face a 2016, € 3.369.898,08.

Aliás, o aumento dos Resultados Correntes, compensou a diminuição dos Resultados Extraordinários, tendo o Resultados Líquido do Exercício de 2017, aumentado € 3 301,84, face a 2016.



4.2. Análise Balanço – Consolidado Contas AMTSM e PERM, EIM

O Ativo Liquido do exercício totaliza € 15.932.347,37 evidenciando uma diminuição de € 2.505.164,10 face ao exercício económico de 2016, o que corresponde uma quebra de 13,59%, sustentado pela diminuição das Disponibilidades (€ 1.406.641,72), das Existências (€ 513.393,93), das Dívidas de Terceiros — Curto Prazo (€ 392.852,23), no Imobilizado Líquido (€ 293.850,13).

Em sentido contrário aumentam as rubricas Acréscimos e Diferimentos (€ 101.207,59) e Caixa (€ 366,32).

Deste modo, depreende-se que no seu conjunto o Passivo e os Fundos Próprios tenham diminuído no mesmo montante do Ativo Líquido, € 2.505.164,10.

O Capital Próprio diminuiu em € 138.973,91.

Os Interesses Minoritários aumentaram em € 5.748,20, decorrente do efeto nos interesses minoritários do lançamento de anulação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) (€ 5.982,80) e do Resultado Líquido da PERM de 2017 (€ 11.731).

Os financiamentos de Médio e Longo Prazo mantém o seu valor em zero, á semelhança do ano de 2016.



O Passivo de Curto Prazo, registou uma diminuição de € 2.091.431,91, pela diminuição dos empréstimos associada a sua liquidação antecipada. Os empréstimos mantem-se no curto prazo, apesar de alguns se vencerem em 14 anos, porque existe a expetativa de liquidar, os suprimentos realizados pelos acionistas e o empréstimo quadro da ADC, no decurso do ano de 2018, uma vez que se prevê a realização da totalidade das escrituras em 2018, conforme está previsto no Orçamento para 2018.

	,	
	2017	2016
lmobilizado Líquido	8 344 878,29 €	8 638 728,42 €
Investimentos Financeiros		
Circulante:		
Existências	5 390 636,33 €	5 904 030,26 €
Dívidas de terceiros — Curto prazo	1 600 799,37 €	1 993 651,60 €
Disponibilidades	430 131,17 €	1 836 772,89 €
Саіха	513,73 €	147,41 €
Acréscimos e diferimentos	165 388,48 €	64 180,89 €
Total do Activo	15 932 347,37 €	18 437 511,47 €
Capital Próprio	3 642 367,41 €	3 781 341,32 €
Interesses Minoritários	82 048,37 €	76 300,17 €
Provisões	80 319,90 €	115 052,66 €
Passivo a Médio e Longo Prazo	0,00 €	0,00€
Passivo a Curto prazo	4 148 198,35 €	6 239 630,26 €
Acréscimos e diferimentos	7 979 413,34 €	8 225 187,06 €
Total dos Fundos Próprios e Passivo	15 932 347,37 €	18 437 511,47 €

53/57



Os Acréscimos e Diferimentos registaram também um decréscimo, em € 424.862,81 pois foram reconhecidos como proveitos o valor dos subsídios recebidos de parcelas que foram vendidas em 2017, bem como o valor da imputação a proveitos dos subsídios ao investimento.

4.3. Análise Indicadores - Consolidado Contas AMTSM e PERM, EIM

Estrutura do Balanço	2017		2016		
	em €	em %	em €	em %	
Activo Circulante	7 587 469,08 €	47,62%	9 798 783,05 €	53,15%	
Activo Maneável	2 196 832,75 €	13,79%	3 894 752,79 €	21,12%	
Existência	5 390 636,33 €	33,83%	5 904 030,26 €		
Imobilizado	8 344 878,29 €	52,38%			
Passivo curto prazo	12 127 611,69 €	76,12%		78,45%	
Passivo médio e longo prazo	0,00€	0,00%			
Capital Próprio	3 642 367,41 €	22,86%		20,51%	
Total (Capital Próprio + Passivo)	15 932 347,37 €	100,00%	18 437 511,47 €	100,00%	

De um modo geral, no que se refere à consolidação das contas da AMTSM, em 2017, e no seguimento do sucedido relativamente ao exercício económico de 2016, registou-se uma diminuição da Liquidez Geral, e da Liquidez Reduzida (apurada com base no Ativo Maneável), a solvabilidade e autonomia financeiras do grupo aumentaram, tendo o endividamento diminuído, mantendo-se sem Passivo Médio e Longo Prazo.





Indicadores Económicos e Financeiros	2017	2016	2015	2014	2013
Liquidez Geral (Activo Circulante/Passivo Curto Prazo)	0,63	0,68	0,78	1,10	0,85
Liquidez Reduzida (Activo Maneável/Passivo Curto Prazo)	0,18	0,27	0,2	0,22	0,26
Fundo Maneio/Activo Circulante	- 0,60	-0,48	-0,28	0,09	-0,17
Encargos Financeiros/Meios Libertos Totais	0,44	0,61	0,55	0,48	
Solvabilidade Total (Capital Próprio/Passivo Total)	0,30	0,26	0,18	0,20	0,31
Endividamento (Passivo Total/Activo total)	0,77	0,79	0,85	0,83	0,76
Estrutura Endivivamento (Passivo Curto Prazo/Passivo Total)	1,00	1,00	1,00	0,74	0,82
Prazo médio de pagamentos (meses)	4,80	0,67	2,32	5,37	5,34





A L

		2017		2016	
	Estrutura de Custos	em €	em %	em €	em %
1	Vendas líquidas+Prest. Serv+Subsídios	284 448,08 €	100,00%	3 864 753,65 €	100,00%
2	Var. Produção+Trab.própria empresa		0,00%		0,00%
3	Produção (1+2)	284 448,08 €	100,00%	3 864 753,65 €	
4	Custos Variáveis	513 393,93 €	180,49%	7 188 012,67 €	
5	Margem Bruta (3-4)	-228 945,85 €	-80,49%	-3 323 259,02 €	-85,99%
6	Fornecimento e Serviços externos	967 769,22€	340,23%	880 506,74 €	22,78%
7	Custos com Pessoal	203 724,37 €	71,62%	192 957,66 €	4,99%
8	Amortizações + Provisões	348 011,09 €	122,35%	346 693,79 €	8,97%
_		-1 165 398,68	-		_,5,70
9	Impostos+Outros custos-Outros Proveitos	€	409,71%	-943 532,85 €	-24,41%
0 1	Resultado Económico de Exploração (5-6-7-8-9)	-583 051,85 €	- 204,98%	-3 799 884,36 €	-98,32%
1	Custos financeiros - proveitos financeiros	164 328,00 €	57,77%	323 481,08 €	8,37%
1 2 1	Resultados Exploração (10-11)	-747 379,85 €	262,75%	-4 123 365,44 €	-106,69%
3	Resultado Extraordinário e de Apl. Financeiras	616 855,18 €	216,86%	3 986 753,26 €	103,16%
4	Imposto s/ rendimento exercício corrente	2 701,04 €	0,95%	1 817,49 €	0,05%
5	Imposto s/ rendimento exercício diferido		0,00%		0,00%
	Interesses Minoritários	-5 748,19 €	-2,02%	-3 846,07 €	-0,10%
6	Resultados Líquidos (12+13-14-15)	-138 973,90 €	-48,86%	-142 275,74 €	-3,68%
1	VAB (7+8+11+14+15+16)	579 790,60 €	203,83%	722 674,28 €	18,70%
1 8	AUTOFINANCIAMENTO (8+15+16)	209 037,19 €	73,49%	204 418,05 €	5,29%
1 9	MEIOS LIBERTOS TOTAIS (18+14+11)	376 066,23 €	132,21%	529 716,62 €	13,71%







5. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram outros acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

6. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE

As receitas próprias geradas pela PERM para o ano de 2018 rondarão os 3.000.000 euros que resultarão da celebração de escrituras de vendas deduzidas dos adiantamentos dos contratos de promessa compra e venda até então celebrados, proveitos relativos aos condomínios no valor de 47.000 euros e ainda a recuperação do Iva no montante aproximado de 1.050.000 euros.

Pelo Estudo de Viabilidade Económica elaborado para o Projeto, apresentamos os valores unitários de venda:

Quadro síntese:

Preços previstos	
Preço Venda – Sector A1 a A9 e D10 a	
D18	m2 / 34,00 €
Preço Venda - Restantes sectores	m2 / 39,00 €
Desconto em vigor	ate m2 / 10,00 €

7. ADMINISTRAÇÃO FISCAL E SEGURANÇA SOCIAL

O Grupo não tem em mora dívidas fiscais ou parafiscais.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

É proposto pelo Órgão Executivo, que os resultados negativos de € 138.973,90 (cento e trinta e oito mil, novecentos e setenta e três euros e noventa e quatro cêntimos) se mantenham em resultados transitados.

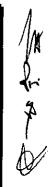
S. João da Madeira, 28 de junho de 2018

O Conselho Diretivo da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria

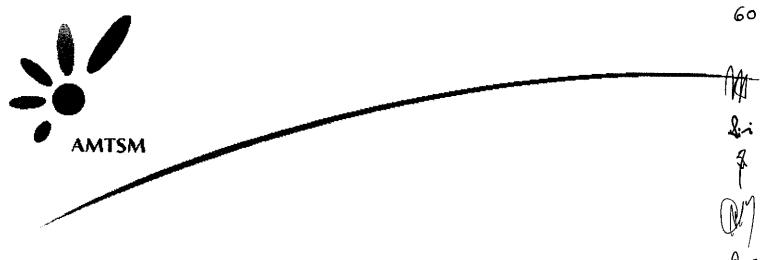
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Consolidado Contas Grupo Autárquico AMTSM

BALANÇO
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS







ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS TERRAS DE SANTA MARIA

valores em euros

				ι	valores er	
POC	ACTIVO		2017		2016	16-15
	ACITY	AB	AA	AL	AL	
	IMOBILIZADO:					-
45	Bens de Dominio Publico	1				
	Teachillean					
432	Imobilizações incorpóreas: Despesas de investig, e desenvolvimento					
432	Despesas de investig, e desenvolvimento	1.992,60	1.908,14	84,46	168,92	-84,4
		1.992.60	1,000,14			
		1.992,80	1.908,14	84,46	168,92	-84,4
	Imobilizações corpóreos:					
421	Terrenos e recursos naturais	635.241,96		635.241,96	635.241,96	:
422	Edifícios e outras construções	14.609.519,39	7.822.290,99	6.787.228,40	7.083.040,19	-295.811,7
423	Equipamento básico	304.400,86	293.533,38	10.867,48	1.520,04	9.347,4
424	Equipamento de transporte	74.088,39	70.307,64	3.780,75	5.671,12	-1.890,3
426	Equipamento administrativo	103.378,03	89.093,65	14.284,38	6.294,76	7.989,6
429	Outras imobilizações corpóreas	370.737,52	369.671,89	1.065,63	1.058,38	7,2
441/6	Imobilizações em curso	892.325,23	-	892.325,23	905.733,05	-13.407,8
		4/ 222 /21 22				
		16.989.691,38	8.644.897,55	8.344.793,83	8.638.559,50	-293.765,6
	Investimentos financeiros					
	CIRCULANTE:					
	Existêncios:					
35	Produtos e trabalhos em curso					
33	Produtos acabados e intermédios	5.390.636,33		5.390.636,33	5.904.030,26	-513.393,9
		5.390.636,33		5.390.636,33	5.904.030,26	-513.393,9



POC	ACTIVO		2017		2016	16-15
		AB	AA	AL	AL	
	Dívidas de terceiros -Médio e longo prazo:				-	
	_ ,					
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:	i				
211	Clientes, c/c					
24	Estado e outros entes públicos	1.044.807,09		1.044.807,09	1.661.801,64	-616.994,55
264	Administração autarquica	224.709,18		224.709,18	106.496,64	118.212,54
262 a 26 8 +221	Outros devedores	331.283,10		331.283,10	225.353,32	105.929,76
		1.600.799,37		1.600.799,37	1,993.651,60	-392.852,23
	Títulos negociáveis:					
	_					
	Depósitos bancários e caixa:					
12	Depósitos em instituições financeiras	430.131,17		430.131,17	1.836,772,89	-1.406.641,72
11	Caixa	513,73		513,73	147,41	366,32
		430.644,90		430.644,90	1.836.920,30	-1.406.275,40
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
271	Acréscimos de proveitos	164.773,48		164,773,48	62.435,06	102.338,42
272	Custos diferidos	615,00		615.00	1.745,83	-1.130,83
		165.388,48	 	165.388,48	64.180,89	101.207,59
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		8.646.805,69			101.207,05
	TOTAL DE PROVISÕES					
	TOTAL DO ACTIVO	24.579.153,06	8.646.805,69	15.932.347,37	18.437.511,47	-2.505.164,10



POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2017	2016	16-15
	CAPITAL PRÓPRIO:			
51	Património	5.273.729.95	5.273.729.95	
	Reservas:			
571	Reservas legais	63.466.95	63.466.95	
59	Resultados transitados	-1.555,855,59	-1.413.579,84	-142.275,75
	SUBTOTAL	3.781.341,31	3.923.617.06	-142,275,75
88	Resultado líquido do exercício	-138.973.90	-142.275,74	3.301.84
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	3,642,367.41	3.781.341.32	-138.973,91
	Interesses Minoritários	82.048,37	76.300,17	5.748,20
	PASSIVO:		70.000,17	3.7 10 ,20
	Provisões			
298	Outras provisões	80.319.90	115.052,66	-34,732,76
		80.319,90	115.052.66	-34.732.76
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			0 111 02,10
	Dívidas a terceiros - Curto prazo			
233	Empréstimos por títulos de participação			
231+12	Dívidas a instituições de crédito	3.157.138.28	E 247 170 00	
221	Fornecedores, c/c	592.204.05	5.247.138,28	-2.090.000,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	4.655,79	451.253,29 49,00	140.950,76 4.606,79
24	Estado e outros entes públicos	8.018.41	7.107.87	910.54
262 a 268+Z11	Outros credores	386.181,82	534.081,82	-147.900,00
		4.148.198,35	6.239.630,26	-2.091.431,91
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
273	Acréscimos de custos	845.458,37	666.369,28	179.089.09
274	Proveitos diferidos	7.133.954,97	7.558.817,78	-424.862,81
		7.979.413,34	8.225.187,06	-245.773,72
	TOTAL DO PASSIVO	12.207.931,59	14.579.869,98	-2.371.938,39
	TOTAL CAP.PRÓPRIO, IM E DO PASSIVO	15.932.347,37	18.437.511.47	-2.505,164,10



POC	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	21	017	2016	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo das merc, vendidas matérias cons ^a s		ŀ		
	Mercadorias				
	Matérias .	513.393,93	513.393,93	7.188.012,67	7.188.012.67
62	Fornecimentos e serviços externos	-	967.769,22	-	880.506.74
	Custos com o pessoal:				ŕ
641+642	Remunerações	158.453,98		150.539,89	
	Encargos sociais:	}		,	
643+644	Pensões	[
645/8	Outros	45.270,39		42,417,77	
63	Transferências correntes concedidas e prestag	ĺ	203.724,37	.	192.957.66
66	Amortizações do exercício	348.011,09		346.693,79	
67	Provisões		348.011,09		346.693,79
65	Outro custos e perdas operacionais	120.002,62	120.002,62	126.586,65	126.586,65
	(A)		2.152.901,23		8.734.757,51
68	Custos e perdas financeiros		164.328,00		324.902,48
	(c)		2.317.229,23		9.059.659.99
69	Custos e perdos extraordinários	-	3.070,97	_	190.247,51
	(E)	- T	2.320.300,20	.	9.249.907.50
86	Imposto Corrente	1	2.701,04		1.817,49
	(6)	Ī	2.323.001,24		9.251.724,99
	Interesses Minoritórios		5.748,19		3.846,07
8B	Resultado líquido do exercício	ľ	-138.973,90		-142.275,74
			2.189.775,53		9.113.295,32
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e Prestações de Serviças				
	Vendas	268,400,00		3.848,600,00	
	Prestações de serviços	16.048.08	284,448,08	16.153,65	3.864.753.65
72	Impostos e Taxas	,	33	10.555,05	0.001.700,00
(3)	Variação da produção	_	 		
75	Trabalhos para a própria entidade	_		_	
73	Proveitos suplementares	6.758,20			
74	Transferências e subsídios obtidos	1.278.643.10		1.070.119,50	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	3.2. 3.0 .0,20		2.07 0.119,00	
77	Reversões de amortizações e ajustamentos	1	1.285.401,30		1.070.119,50
	(B)	·	1.569.849,38		4.934.873,15
78	Proveitos e ganhos financeiros		1.007.0T7,30	1.421,40	•
**	(D)		1.569.849,38	1.721,70	1.421,40 4.936.294,55
79	Proveitos e ganhos extraordinários		619.926,15		4.936.294,00
	(F)	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	2.189.775,53	-	9.113.295,32

RESUMO:	2017	2016
RESULTADOS OPERACIONAIS: (B) - (A)	-583,051,85	-3.799.884,36
RESULTADOS FINANCEIROS: (D - B) - (C - A)	-164.328,00	-323.481,08
RESULTADOS CORRENTES: (D) - (C)	-747.379,85	-4.123.365,44
RESULTADOS ANTES IMPOSTOS: (F) - (E)	-130.524,67	-136.612,18
RESULTADO LÍQUIDO EXERCÍCIO COM IM:(F) - (-133.225,71	-138.429,67
RESULTADO LÍQUIDO EXERCÍCIO SEM IM:(F) - (-138.973,90	-142.275,74



<u>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA</u>

Consolidado Contas Grupo Autárquico
AMTSM







DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 2017 2016 ACTIVIDADES OPERACIONAIS: Recebimentos de Clientes 332.846,28 3.420.213,69 Pagamentos a Fornecedores 748.923,89 980.520.80 Pagamentos ao Pessoal 202.730,07 192.638,99 Fluxos Gerados pelas operações -618.807,68 2.247.053,90 Pagamento/Recebimento Imp. Rendimento 20.697,39 -46.323,63 Outros Rec. /Pagamentos Actividade Operacional 1.410.906,47 1.991.805,42 Fluxos Gerados antes das Rúbricas Extraordinárias 812.796,18 4.192.535,69 Recebimentos relacionados rub, extraordinários 523,30 196.697,73 Pagamentos relacionados rubricas extraordinárias 3.070,97 190.027,55 FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS 810,248,51 4.199,205,87 ACTIVIDADES INVESTIMENTO: Recebimentos provenientes de: Investimentos financeiros Imabilizações corpóreas Imobilizações incorpóreas Subsídios oo investimento 5.000,00 400.211,06 Juros e proveitos similares Dividendos 5.000,00 400.211,06 Pagamentos respeitantes a: Investimentos financeiros Imobilizações corpóreas 49.554,17 39.084,01 Imobilizações incorpóreas 49.554,17 253,38 39.337,39 FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO -44,554,17 360,873,67 ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO: Recebimentos provenientes de: Empréstimos Obtidos 209.830,40 Aumentos capital, prest suplementares, prém emissão Subsídios e doações Vendas de acções e quotas próprias Cobertura de prejuízos 209.830,40 Pagamentos respeitantes a: Empréstimos obtidos 2.090,000,00 3.660.000,00 Amortizações contratos locação financeira Juros e custos similares 81.969,74 127.802,65 Redução de capital e prestações suplementares Aquisição de acções e quotas próprias 2.171.969,74 3.787.802,65 FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO -2,171,969,74 -3.577.972,25 VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALVENTES -1.406,275,40 982.107,29 Efeito das diferenças de câmbio Caixa e equivalentes no início 1.836.920,30 854.813,01 Caixa e equivalentes no fins 430.644,90 1.836.920,30

Fluxos das actividades operacionals	810.248,51	4.199.205,87
Fluxos das actividadas de investimento	-44.554,17	360.873,67
Fluxos das actividades de financiamento	-2.171,969,74	-3.577,972,2
IRIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	-1,406,275,40	982,107,29



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Consolidado Contas Grupo Autárquico AMTSM







ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

O Balanço e a Demonstração de Resultados Consolidados relativas ao exercício de 2017 foram preparados de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), e com o regime financeiro estabelecido pelo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, previsto na Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

Todas as notas não aplicáveis foram eliminadas.

Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras

- 1. Relativamente às empresas incluídas na consolidação:
 - a) Associação de Municípios Terras de Santa Maria, com sede na Rua de Milheirós de Poiares, Edifício Villa Balbina, São João da Madeira, com o capital estatutário de 5.273.729,95 euros e

Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria, EIM (PERM, EIM), número único de matrícula e pessoa colectiva 509 042 201, registado na Conservatória do Registo Predial/Comercial de São João da Madeira, com sede na Rua de Milheirós de Poiares, Edifício Villa Balbina, São João da Madeira, com o capital social de 50.000,00 euros:

b)A AMTSM detém 51% do capital estatutário da PERM, EIM, pelo que nos termos do artigo 75º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, as contas devem ser consolidadas.



Quadro síntese:

Designação	Sede	% detida do Capital Social	Capital Social	Capital Social detido
Associação de Municípios Terras de Santa Maria	Rua de Milheirós de Poiares, Edifício Villa Balbina - 3700-189 S. João da Madeira	Mãe	5.273.729,95	
PERM - Parque Empresarial de Recuperação de Materiais Terras de Santa Maria, EIM	Rua de Milheirós de Poiares, Edifício Villa Balbina - 3700-189 S. João da Madeira	51,00%	50.000,00 €	25.500,00€

- 2. Todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação foram incluídas na consolidação.
- 7. O número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, das empresas incluídas na consolidação ascende a 7 funcionários, todos a exerceram funções na AMTSM. A PERM, EIM não tem trabalhadores ao serviço. Os serviços de contabilidade, de monitorização e assistência técnica da obra e de Assessoria Jurídica e Fiscal são assegurados por prestação de serviços, incluídos na conta Fornecimento e Serviços Externos.

III. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

- 10. "Diferenças de consolidação" A participação financeira da AMTSM na PERM existe desde a data de constituição da PERM, pelo que não existem diferenças de consolidação.
- 14. As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas em 2017 são comparáveis com as demostrações financeiras consolidadas reportadas a 2016.

V. Informações relativas a políticas contabilísticas

- 23. Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados são:
 - a) Imobilizado Corpóreo

Os bens do activo imobilizado foram registados ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas, pelo método das quotas constantes, à taxa máxima, conforme a DR 25/2009, no caso da PERM, EIM. Para a AMTSM as amortizações são efetuadas pelo método das



quotas constantes e às taxas máximas legalmente fixadas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, que aprovou o Cadastro e Bens do Estado (CIBE). Não existem diferenças entre o CIBE e o DR 25/2009, pelo que não foram considerados ajustamentos nas amortizações.

b) Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

c) Disponibilidades

Os Depósitos em instituições financeiras são expressos pelos montantes saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

d) Acréscimos e Diferimentos

O registo dos custos e proveitos na rubrica Acréscimos e Diferimentos teve por base a sua imputação aos exercícios a que respeitam, nos termos do Princípio da Especialização do Exercício (ou do Acréscimo).

Este Princípio, refere que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que se referem.

Deste modo, nesta rubrica são contabilizadas despesas ainda não consumidas (Custos Diferidos – 272), tais como seguros e proveitos ainda não documentados, mas que devem de ser incluídos nas demonstrações financeiras e proveitos ainda não documentados (Acréscimos de Proveitos – 271), por exemplo, juros a receber duma aplicação financeira. Estes tipos de Acréscimo e Diferimentos ficam registados no Activo.

Por outro lado, existem também, custos ainda não documentados, mas que devem ser incluídos nas demonstrações financeiras (Acréscimo de Custos – 273), tal como é o caso do direito a férias e a subsídio de férias, adquirido no ano de 2017, mas que só vai ser pago em 2018. Outra situação que ocorre também são os subsídios de investimentos associados a ativos amortizáveis (Proveitos Diferidos – 274), receitas que só podem ser consideradas proveitos à medida que ocorrem os correspondentes custos. Estes tipos de Acréscimos e Diferimentos ficam registados no Passivo.



VI. Informações relativas a determinadas rubricas

- 25. "Despesas de Instalação" não aplicável. "Despesas de investigação e desenvolvimento": relativa à aquisição de "programas de computador", pela PERM, EIM.
- 27. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, encontramse devidamente evidenciadas nos seguintes mapas:

Ativo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
De Imobilizações incorpóreas:	1 992,60 €	***************************************				1 992,60 €
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 992,60 €		0,00€			1 992,60 €
De Imobilizações corpóreas:	16.935.530,42€		54.160,96 €		0,00 €	16 989 691,38 €
Terrenos e recursos naturais	635 241,96 €		0,00€	0,00€		635 241,96 €
Edifícios e outras construções	14 565 977,36 €		19 128,21 €	0,00 €	24 413,82 €	14 609 519,39 €
Equipamento básico	294 275,03 €		10 125,83 €	0,00€	0,00€	304 400,86 €
Equipamento de transporte	74 088,39 €			0,00€	0,00 €	74 088,39 €
Equipamento administrativo	89 477,11 €		13 900,92 €	0,00€		103 378,03 €
Outras imobiliz. corpóreas	370 737,52 €			0,00€	0,00 €	370 737,52 €
lmobilizações em curso	905 733,05 €		11 006,00	0,00€	-24 413,82 €	892 325,23 €
Total	16.937.523,02 €		54.160,96 €	0,00 €	0,00	16 991 683,98 €

Nesta rúbrica estão registadas as aquisições de equipamento informático e os custos inerentes à construção do CAPERM — Centro de Acolhimento da PERM, o qual apesar de já estar concluído,



permanece registado em Investimentos em Curso, dado não ter sido ainda atribuída licença de utilização.

Não existem perdas por imparidade a registar.

O montante de 886.114€ corresponde ao custo de construção do edifício do CAPERM à data de 31 Dez 2017. O montante de 415.884 € corresponde ao custo do terreno onde foi construído o CAPERM.



Amortizações

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Imobilizações incorpóreas:	1 823,68 €	84,46 €	0.00 €	1 908,14 €
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 823,68 €	84,46 €	7,23 €	1 908,14 €
De Imobilizações corpóreas:	8 296 970,92 €	347 977,38 €	0,00€	8 644 897,55 €
Edifícios e outras construções	7 482 937,17 €			7 822 290,99 €
Equipamento básico Equipamento de	292 754,99 €	778,39 €		293 533,38 €
transporte Equipamento	68 417,27 €	1 890,37 €		70 307,64 €
administrativo	83 182,35 €	5 860,55 €	50,75 €	89 093,65 €
Outras imobiliz. corpóreas	369 679,14 €	43,50 €	-50,75 €	369 671,89 €
Total	8 298 794,60 €	348 061,84 €	0,00€	8 646 805,69 €

28. Os financiamentos obtidos pela PERM em 2017 são compostos por suprimentos realizados pelos acionistas e por um empréstimo quadro da Agência de Desenvolvimento e Coesão por um prazo de 14 anos.

A taxa de remuneração dos suprimentos para o ano de 2016 foi fixada em Conselho de Administração em 4.75% ao ano.

Relativamente a 2017 e seguintes, foi deliberado em Conselho de Administração que não haveria lugar a pagamento de juros, a não ser que a empresa liberte meios financeiros que permitam o



pagamento desses juros, caso em que a taxa será fixada em conformidade com os meios financeiros que se apurarem.

Todavia, e face à reversão de 189.540€ relativa a uma perda de sinal a favor da PERM, foi deliberado pelo CA, remunerar no ano de 2017 os suprimentos a uma taxa de 4,90% ao ano.

Suprimentos	2017	2016	%
Saldo Inicial	-2 513 871 €	-5 214 041 €	-107%
Aumentos		-209 830 €	-100%
Diminuições	500 000 €	2910000€	-482%
Saldo Final	-2 013 871 €	-2 513 871 €	-25%

Agência Des. e Coesão	2017	2016	%
Saldo Inicial	-2 733 267 €	-3 483 267€	-27%
Aumentos			0%
Diminuições	1 590 000 €	750 000 €	53%
Saldo Final	-1 143 267 €	-2 733 267 €	-139%



Variação dos gastos de financiamento:

Gastos Perdas Financiam.	2017	2016	%
Juros Suprimentos	109.681 €	207.334€	-89%
Juros A.D.C.	54.140€	116.864€	-116%
Outros Juros		223€	#DIV/01
Serviços Bancários	506 €	481€	5%
Saldo Final	164.328 €	324.902 €	-98%

Os juros suportados resultam de financiamentos à construção dos lotes e à aquisição de terrenos. Em consequência ao término da obra, deixam de ser capitalizados em inventários como sendo um custo da construção, passando a ser um gasto, influenciando assim os resultados finais. A capitalização dos juros terminou no exercício de 2015.

19. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo circulante

imposto sobre o Rendimento – IRC:

A variação nesta rúbrica prende-se com o registo dos Pagamentos por Conta referentes ao exercício de 2017, e com o registo da estimativa de imposto de 2017.

Imposto sobre o Valor Acrescentado – IVA:

Os montantes constantes nesta rúbrica prendem-se com o relevo dos montantes do Iva suportado que serão passiveis de pedido de reembolso no momento da venda dos lotes, tendo em atenção o enquadramento legal aplicável.



Estado	2017	2016	54
IRC			
IRC a recuperar		22.943 €	≠DIN/O
IRC a pagar	-664€		100%
IRS			
Ketenções na Fonte	-2.2//€	-3.025€	-35%
IVA			
lva Dedutível	997.910€	1.092.885€	-10%
lva Reembolsos Pedidos	46.897€	545.974 €	-1064%
Contrinuições para Seg. Soci	ial e CGA		
Contrinuições para Seg. \$	-5.077€	-4.083 €	20%
Saldo Final	1.036.789€	1.654.694 €	-60%
Saldos Devedores	1.044.807 €	1.651.802 €	"E coll
Saldos Credores	-8.018€	-7.108 €	-103%

As Declarações Fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades tributárias durante um período mínimo de 4 anos. Deste modo, as declarações fiscais referentes ao exercício de 2017 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da PERM, EIM e o Conselho Diretivo da AMTSM, entendem que as eventuais correcções resultantes de revisões por parte das autoridades tributárias, não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2017, pelo que não terão impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo autárquico AMTSM.



21. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante

Em consequência dos processos judiciais em curso no âmbito do processo expropriativo dos terrenos (parcelas 1 e 6), a sociedade constituiu em 2016, provisões para fazer face a possíveis encargos que tenha que suportar.

Para o cálculo da provisão, foi considerado um valor de 10,00€ por m2, tendo por base a sentença já proferida relativamente à parcela n.º 1 e relativamente à qual a sociedade não tinha intenção de recorrer. É de salientar que a decisão do tribunal em 2017, nesta parcela 6, originou, um valor a pagar superior que foi alvo de recurso.

A redução da provisão, decorreu da sua utilização para o pagamento do montante adicional a título de expropriação da parcela 1, decidido em sentença judicial.

Provisões	2017	2016	%
Parcela 1		-34 733 €	-100%
Parcela 6	-80 320 €	-80 320 €	0%
Saldo Final	-80 320 €	-115 053 €	-43%

Adicionalmente existe um processo intentado em tribunal por um terceiro que alega ser proprietário de outra parcela de terreno que foi sujeita ao processo de expropriação e pagamento do valor devido a outros terceiros que foram identificados como proprietários nesse processo. No caso de ser dada decisão favorável a este terceiro, a PERM tem direito de regresso sobre o valor pago no processo de expropriação.

É convicção da Administração que o valor da provisão existente é suficiente para fazer face a potenciais encargos a suportar nos processos em curso.

À data de 31 Dez 2017 encontrava-se em carteira e disponível para venda 84.000 M2 de lotes de terreno. A variação verificada face a 2016 reflete as vendas ocorridas no exercício de 2017.



Os terrenos que foram alvo do processo de expropriação encontram-se registados na sua totalidade em inventários, uma vez que a sua titularidade já se encontra transmitida para a PERM à data de 31 dezembro de 2017. Os proprietários das parcelas de terrenos n.º 6 e 12 reclamaram judicialmente o preço de expropriação. Decorrente deste facto, a sociedade constituiu uma provisão no valor de 115.053€ para o potencial acréscimo de custo a incorrer com aquisição das referidas parcelas, a qual foi utilizada no primeiro semestre de 2017, no montante de 34.733 € para realização do valor atribuído pelo Tribunal ao proprietário da parcela n.º 1 no âmbito dos referidos processos judiciais.

Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas dos exercícios findos em 31 Dez 2017 e 31 Dez 2016 é detalhada conforme se segue:

Custo das Merc. Vendidas	2017	2016	%
Existência Inicial Transferências	5 904 030 €	12 979 497 €	-120%
Regularizações		112 546 €	0% -100%
Existência Final	5 390 636 €	5 904 030 €	-10%
Valor Final	513 394 €	7 188 013 €	-1300%

O valor de 112.546 € apresentado em regularizações diz respeito ao incremento do custo de construção dos lotes, decorrente da provisão registada no âmbito do processo judicial sobre as expropriações das parcelas 1 e 6.

O montante de 7.188.013€ e 513.394€ representa o custo global dos lotes que foram objeto de venda nos exercícios de 2016 e 2017 respetivamente.



38. Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros.

No que se refere às empresas incluídas no perímetro de consolidação, à data de 31 de dezembro de 2017, a situação fiscal encontrava-se regularizada, não havendo pagamentos nem contribuições em mora.

Imposto sobre o Rendimento - IRC:

A variação nesta rúbrica prende-se com o reforço dos Pagamentos Especiais por Conta da PERM, bem como com a estimativa de IRC a pagar em 2017.

39. Remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos de administração, de direção, de gerência ou de fiscalização.

Relação Nominal dos Responsáveis da AMTSM

1		
]	Período:	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017
l		and the state of t

Nome	Situação na Entidade	Remuneraçã o líquida auferida	Período de responsabilidade	Morada
Emídio Ferreira dos	Presidente do	€ 0,00	01/01/2017 a	Rua das Levadas, nº 88, 4505-
Santos	Conselho Diretivo		06/12/2017	296 Fiães Santa Maria da Feira
Ricardo Nicolau Soares Terra de Oliveira Figueiredo	Vogal do Conselho Diretivo	€ 0,00	01/01/2017 a 06/12/2017	Rua do Crasto, nº 958, 4150- 244 Porto
António Isidro	Vogal do Conselho	€ 0,00	23/02/2017 a	R. de Valverde, 501- 3720-069-
Marques Figueiredo	Diretivo		06/12/2017	Loureiro Oliveira de Azeméis
Joaquim Jorge Ferreira	Presidente do Conselho Diretivo	€0,00	06/12/2017 a 31/12/2017	Rua Augusto Brandão, 59, Cucujães, 3720-837 Vila de Cucujães Oliveira de Azeméis
Margarida Maria de	Vogal do Conselho	€0,00	06/12/2017 a	Travessa da Ribeira, Arouca,
Sousa Correia Belém	Diretivo		31/12/2017	4540-148 Arouca
Joaquim José Pinto	Vogal do Conselho	€ 0,00	06/12/2017 a	Rua das Cassufas, 725, 4500
Moreira	Diretivo		31/12/2017	Anta e Guetim
Joaquim Manuel Boavida dos Santos Costa	Secretário-Geral	€ 27 424,46	01/01/2017 a 31/12/2017	Rua Heróis de Ultramar, n.º 1114, Vilar de Andorinho 4400-252 Vila Nova de Gaia

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados





A AMTSM não tem órgão de fiscalização. No entanto dispõe de um ROC, que no ano de 2017 auferiu a remuneração de € 7.830,00, acrescido de IVA à taxa de 23%.

Relativamente à PERM, EIM:

Mesa da Assembleia Geral:

Ana Mª. de Jesus da Silva	Nif:	190066300	Presidente
Irene Mª. Silva Guimarães	Nif:	172188004	Vice-Presidente
António Magalhães	Nif:	208981775	Secretário

Conselho de Administração:

Emídio Ferreira dos Santos Sousa	Nif:	158997050	Presidente
Margarida Mª. S. C. Belém	Nif:	110753003	Vogal
Gaspar Barbosa Borges	Nif:	162071922	Vogal

Os membros supramencionados não auferem quaisquer remunerações.

Fiscal Único Efetivo:

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda., representada por Rui Manuel Pinho, ROC, que no ano de 2017 auferiu a remuneração de 3.040,00, acrescido de IVA à taxa de 23%.

Indicação de outras sociedades em que os membros dos órgãos sociais exerçam cargos sociais:

Emídio Ferreira dos Santos Sousa	Câmara Municipal S. M. Feira	Presidente
Irene Mª. Silva Guimarães	Câmara Municipal S. J. Madeira	Vereador
Ana Mª. de Jesus da Silva	Câmara Municipal O. Azeméis	Vereador
Margarida Mª. S. C. Belém	Câmara Municipal Arouca	Presidente

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados



31. Demonstração consolidada dos Resultados Financeiros, como segue:

Custos e Perdas	2017	2016
Juros suportados Outros custos e perdas financeiros	163 821,55 € 506,45 €	324 421,33 € 481,15 €
Resultados Financeiros	-164 328,00 €	-323 481,08 €
	164 328,00 €	324 902,48 €

Proveitos e Ganhos	2017	2016	
Juros obtidos	0,00€	1 243,55 €	
Outros	0,00€	177,85 €	
	0,00 €	1 421,40 €	

32. Demonstração consolidada dos Resultados Extraordinários, como segue:

Custos e Perdas	2017	2016
Correções relativas a exercícios anteriores Dívidas Incobráveis	3 070,97 € 0,00 €	190 027,55 € 219,96 €
Resultados Extraordinários	616 855,18 €	3 986 973,21 €
	619.926,15 €	4.177.000,77 €

Proveitos e Ganhos	2017	2016
. To salab c dalmos	2017	
Correções relativas a exercícios anteriores	523,30€	196 697,41 €
Outros proveitos e ganhos extraordinários	189 540,04 €	0.32€
Imputação Subsídios	429 862,81 €	3 980 303,03 €
	619 926,15 €	4 177 000,76 €

VII. Informações diversas

49. As Entidades incluídas na consolidação não apresentam dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80 de 7 de novembro.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados



50. Cumprindo o estipulado no art.º 210º do Código Contributivo informamos que a situação as Entidades não têm dívidas perante a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Órgão executivo

Em 28 de junho de 2018

OUTROS DOCUMENTOS





		1
\	AMTSM	\
	•	/

Relação Nominal dos Responsáveis

FL. 1/1

2017

Ano

Período	01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017			
Nome	Situação na Embldade	Remuneração liquida auterida	Período de responsabilidade	Morada
Emidio Ferreira dos Santos	Presidente do Conselho Directivo	€0,00	01/01/2017 a 06/12/2017	Rua das Levadas, nº 88, 4505-296 Fiães Santa María da Feira
Ricardo Nicolau Soares Terra de Oliveira Figueiredo	Vogal do Conselho Directivo	€ 0,00	01/01/2017 8 06/12/2017	Rua do Crasto, nº 958, 4150-244 Porto
António Isidro Marques Figueiredo	Vogal do Conseino Directivo	€ 0,00	23/02/2017 a 06/12/2017	R. de Valverde, 501- 3720-069- Loureiro Oliveira de Azeméis
Joaquim Jorge Ferreira	Presidente do Conselho Directivo	€ 0,00	06/12/2017 a 31/12/2017	Rua Augusto Brandão, 59, Cucujães, 3720-837 Vila de Cucujães Oliveira de Azeméis
Margarida Maria de Sousa Correia Betém	Vogal do Conselho Directivo	00′0 €	06/12/2017 8 31/12/2017	Travessa da Ribeira, Arouca, 4540-148 Arouca
Joaquim José Pinto Moreira	Vogal do Conselho Directivo	00′0 €	06/12/2017 a 31/12/2017	Rua das Cassufas, 725, 4500 Anta e Guetím
Joaquim Manuel Boavida dos Santos Costa	Secretário - Gerai	€ 27 424,46	01/01/2017 a 31/12/2017	Rua Heróis de Ultramar, n.º 1114, Vilar de Andorínho 4400-252 Vila Nova de Gala

O Dirigente responsável pela ápés Administrativa e Financeira

